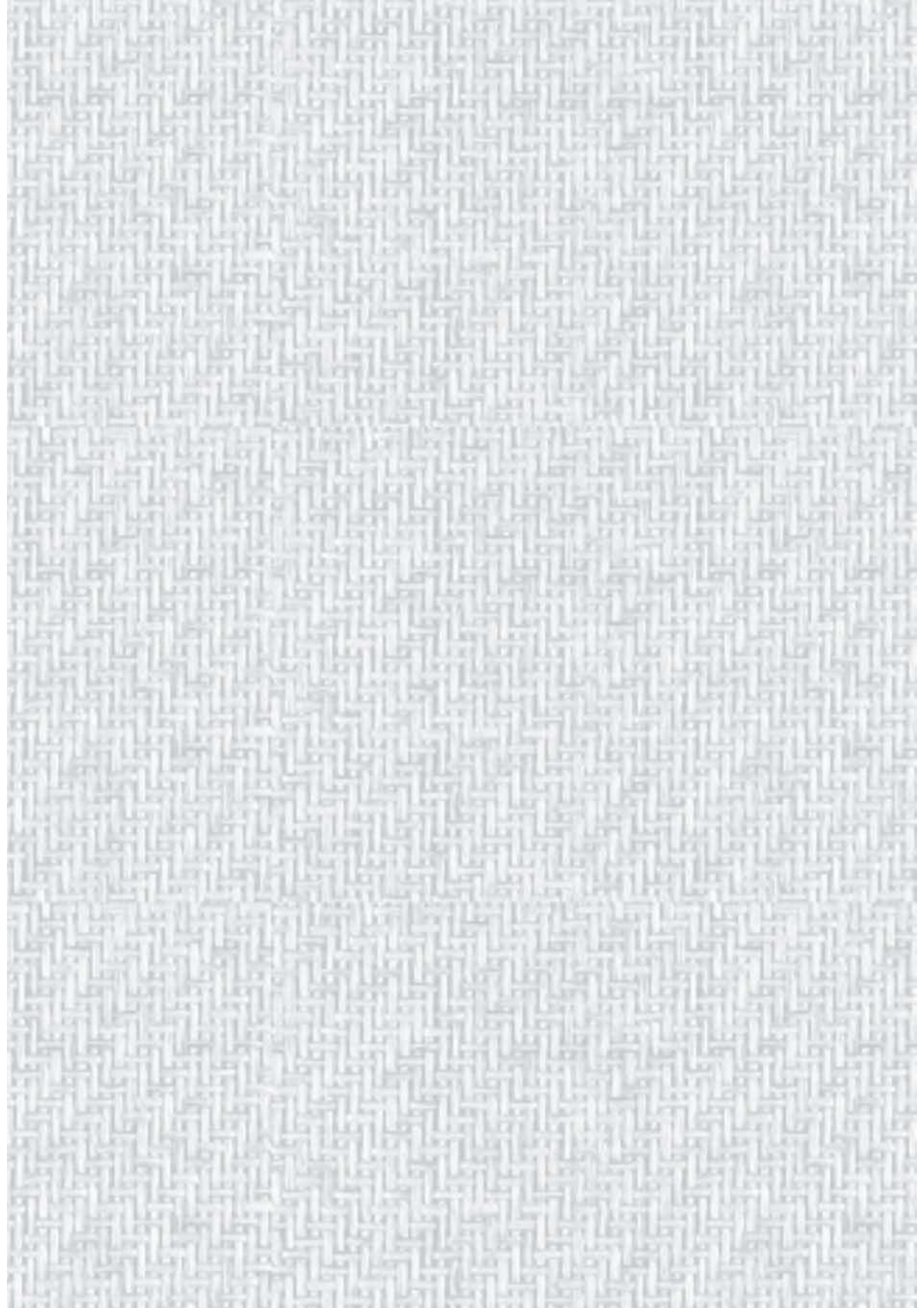


Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero¹²

Miriam Nobre¹³

¹² Este artigo tem como base o relatório de consultoria do projeto FAO/UTF/BRA “Nova organização produtiva e social da agricultura familiar brasileira – uma necessidade”, coordenado por DPMR nos marcos do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e NEAD/MDA.

¹³ Agrônoma, mestre pelo Programa de Estudos em Integração da América Latina da USP, técnica da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e atualmente coordenadora do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.



Apresentação

A intensa e diversa organização das mulheres no campo brasileiro, inúmeros trabalhos de pesquisadoras relacionadas a universidades, ONGs e centros de pesquisa sobre as relações de gênero no meio rural, e a existência de instituições públicas federais, em especial a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criam uma dinâmica favorável à busca de uma melhor compreensão da contribuição econômica das trabalhadoras rurais e do alcance das políticas públicas para favorecer sua participação. O Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006 é uma fonte inestimável de informações nesse sentido, ainda mais por ter, pela primeira vez, incluído a variável sexo na caracterização dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos. Isso permitiu visibilizar que os homens eram responsáveis por 4.519.261 estabelecimentos (87,32% do total), enquanto as mulheres eram responsáveis por 656.228 (12,68% do total) (IBGE, 2009b, Tabela 1.1.2).

O *Censo Agropecuário 2006* adotou o conceito de “agricultura familiar”, conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O estabelecimento foi considerado de agricultura familiar quando simultaneamente respeitava o limite de área de quatro módulos fiscais (fração no caso de produtores comunitários), a direção era realizada pela família, a força de trabalho familiar era superior à contratada e a renda provinha principalmente das atividades do estabelecimento. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar. Pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar essa participação não chegava a 7% (IBGE, 2009a, p. 21).

Este artigo se propõe a realizar uma análise de gênero das informações disponibilizadas pelo IBGE relacionando-as a outras fontes de informações e estudos empíricos. A fim de contextualizá-la se inicia com uma revisão dos textos analíticos publicados logo após a divulgação do Censo, em 2009, elaborados por órgãos de governo, analistas relacionados a organizações da agricultura

familiar e a da agricultura patronal, evidenciando que em apenas um deles uma informação desagregada por sexo – a informação de pessoal ocupado – é citada. Em seguida, comenta como as informações estatísticas vêm sendo aprimoradas para serem indicadores da dinâmica das relações de gênero e das desigualdades ainda existentes e seus limites, pela dificuldade em mensurar as atividades e o tempo que recobrem a reprodução social. Um exemplo desse aprimoramento é comentado, em continuação, nas recomendações do Censo Agropecuário Mundial (CAM) 2010. O CAM 2010 é uma referência para o *Censo Agropecuário 2006*, mas nem todas as propostas feitas para melhor captar a participação das mulheres nas atividades agropecuárias foram adotadas.

A análise das informações desagregadas por sexo do *Censo Agropecuário 2006* está organizada em três partes. Na primeira parte são analisadas as informações disponíveis para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários. Na segunda parte, aquelas disponíveis para os estabelecimentos da agricultura familiar, complementadas por tabulações especiais formuladas pelo IBGE por solicitação da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA). Na terceira parte é analisada a variável derivada do conjunto dos estabelecimentos agropecuários relacionados ao sexo da mão de obra, dividindo-os em majoritariamente femininos, sem diferenciação significativa, aqui denominados mistos, e majoritariamente masculinos.

Ao final, a título de conclusão, algumas das evidências e hipóteses apresentadas ao longo do texto são retomadas e relacionadas a possíveis continuidades no aprimoramento da coleta de informações e na utilização daquelas disponíveis sobre a participação das mulheres nas atividades agropecuárias.

Contextualizando a análise

As primeiras análises sobre o Censo 2006

No *Censo Agropecuário* de 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela primeira vez, incluiu a variável sexo na caracterização dos produtores responsáveis pelos

estabelecimentos, assim como adotou o conceito de “agricultura familiar”.

As informações do *Censo Agropecuário 2006* foram divulgadas pelo IBGE em setembro de 2009 e começaram a ser analisadas por pesquisadores, gestores públicos e organizações da sociedade civil. Uma das primeiras análises foi realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), enfocando as informações sobre a agricultura familiar, pela primeira vez publicadas como parte integrante do Censo (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009). Os autores consideram as transformações ocorridas no campo brasileiro nos dez anos entre a realização do último Censo Agropecuário, em 1995-1996, e em 2006. Destacam os deslocamentos territoriais, por exemplo, com a expansão da cultura da soja, da cana e de usinas de açúcar e álcool para novas regiões; a maior internacionalização da agricultura, com a presença de transnacionais na produção de celulose ou de *tradings* na intermediação de exportações; e a estruturação de um conjunto de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de distribuição de renda com impacto nas áreas rurais.

Procuram perceber como essas transformações se deram na agricultura familiar, a partir da comparação com análise feita pelo projeto Incra/FAO com base nas estatísticas do Censo 1995-1996. Os autores reconhecem que estrito senso não é possível uma comparação entre as duas bases de dados. O Censo Agropecuário 1995-1996 tem como período de coleta de dados o ano agrícola, enquanto o Censo 2006 volta a ter como período de referência o ano civil. A mudança no período da coleta de dados tem implicações nas informações sobre a área plantada, sobretudo de lavouras temporárias, e a mão de obra nela ocupada. Além do mais, o Censo 2006 delimita a variável derivada agricultura familiar, conforme a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), com um caráter mais restritivo em termos de área do que a variável utilizada pelo projeto Incra/FAO. Ambos partiam de uma mesma referência no cálculo da relação entre força de trabalho familiar e contratada, mas o projeto Incra/FAO não dispunha das mesmas informações sobre mão de obra temporária contratada a partir dos dados do Censo. Os autores concluem que a variável agricultura familiar do

Censo 2006 e o projeto Incra/FAO têm um núcleo comum, mas os critérios do estudo Incra/FAO são mais abrangentes e ampliam o universo da agricultura familiar.

Ainda que não sejam possíveis comparações estritas, os autores identificam tendências. A estrutura agrária do país segue concentrada. Há um pequeno aumento na participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos, na área e no valor bruto da produção. A maioria dos agricultores familiares acessa a terra na condição de proprietários. Na agricultura como um todo há uma tendência de queda do pessoal ocupado. No entanto, a queda nos postos de trabalho na agricultura familiar foi proporcionalmente menor que a observada em termos nacionais. O estudo Incra/FAO mostrou que a agricultura familiar era a principal geradora de postos de trabalho no setor (76,9% do total) e assim permanece em 2006 (78,8% do total). O valor bruto da produção da agricultura familiar cresceu 61% em termos reais (descontada a inflação), bastante superior a agricultura patronal.

Os autores analisam algumas informações somente a partir do Censo 2006, por não ter base de comparação com o projeto Incra/FAO. Citam o Caderno da Agricultura Familiar, que destaca a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produzia 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (sendo 77% do feijão-preto, 84% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão de cor) e 46% do milho.

A única referência às mulheres dá-se na análise do pessoal ocupado.

Entre as pessoas da agricultura familiar, a maioria eram homens (2/3), mas o número de mulheres ocupadas também era expressivo: 4,1 milhões de mulheres (1/3 dos ocupados). Em média um estabelecimento familiar possuía 1,75 homens e 0,86 mulheres ocupados com 14 anos ou mais de idade.

Há um aspecto importante sobre os ocupados nos estabelecimentos: 909 mil ocupados da agricultura familiar possuíam menos de 14 anos de idade, sendo 507 mil homens e 402 mil mulheres (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009, p. 31).

Nesse artigo não analisam as informações desagregadas por sexo do responsável do estabelecimento. No entanto, a visibilidade das mulheres no pessoal ocupado em um primeiro olhar sobre o Censo já é um passo importante. O Censo 1995-1996 traz informações desagregadas por sexo para o pessoal ocupado, mas o tratamento dado a essas informações a partir da variável agricultura familiar proposta pelo estudo Incra/FAO considera pessoal ocupado sem diferenciação por sexo (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p. 25). O objetivo deste trabalho foi delimitar o universo da agricultura familiar ante a agricultura patronal, de modo a captar informações que permitam melhor conhecer sua dinâmica e a necessidade de políticas públicas. Quando delimita a agricultura familiar considera a família como uma unidade indissociável e invisibiliza a contribuição de esposas, filhas e filhos como tais. Este estudo foi a referência inicial para o debate subsequente até a definição de agricultura familiar, como proposta na lei, e os resultados na qualificação do tratamento dos dados, pelo IBGE, do Censo 2006.

O estudo parte de um reconhecimento da complexidade do campo brasileiro, em função da diversidade agrária e da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes (ibidem, 2000, p. 10). Também propõe uma diferenciação socioeconômica entre os produtores familiares, caracterizando-os em agricultores capitalizados, em processo de capitalização, em descapitalização e descapitalizados.

Ainda em 2009 Gerson Teixeira divulga sua análise do Censo 2006 com repercussão em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que a publica em sua página *web*. O autor destaca que a concentração de terra permaneceu inalterada nos últimos vinte anos e questiona a informação de que 93% da área total dos estabelecimentos estejam na condição de áreas próprias. Observa que 86% do valor das dívidas dos estabelecimentos decorriam de operações com bancos ou agentes financeiros e que, considerando o valor das dívidas em relação aos bens dos estabelecimentos em termos médios, havia um grau confortável de solvência na agricultura brasileira. O êxodo rural

manteve-se pelo abandono da atividade agrícola e pela redução do contingente ocupado na atividade agrícola. O autor menciona o pessoal ocupado na agricultura em 2006 desagregado por sexo (TEIXEIRA, 2009).

Estudo encomendado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) utiliza os critérios de classificação do Pronaf para caracterização de dois tipos de agricultores: os “enquadráveis” e os “não enquadráveis” nas normas do Pronaf. Os primeiros respondem por 64,4% dos estabelecimentos, mas por 22,9% do valor bruto da produção (VBP). Os segundos são 30,7% dos estabelecimentos e 76,3% do VBP. A partir dessa informação concluem que os agricultores que se enquadram nas normas do Pronaf “produzem praticamente para o autoconsumo e não geram receita nos estabelecimentos” (FGV, IBRE, 2010, p. III).

As análises não consideram a concentração de terra, mas os dados apresentados revelam que os estabelecimentos enquadráveis no Pronaf têm área mediana de 7 ha e os não enquadráveis, 20 ha. Os estabelecimentos não enquadráveis no Pronaf são subdivididos em sete subcategorias, conforme o tamanho do estabelecimento medido em módulos fiscais. Os estabelecimentos com mais de 60 módulos têm área mediana de 3.872 ha. A mediana do VBP é de R\$ 2.185,00 para os enquadráveis e R\$ 3.050,00 para os não enquadráveis, o que não é uma grande diferença, considerando o desigual acesso à terra, condições de produção e poder político de cada grupo. O estabelecimento médio (entre 4 e 15 módulos fiscais) contribui com 15,7% do VBP total e tem um valor mediano de R\$ 16.903,00. O estabelecimento de mais de 60 módulos contribui com 18,6% da VBP total e tem um valor mediano de R\$ 47.070,00, o que indica a desigualdade interna ao setor “não enquadráveis”.

Por fim, analisando o valor da produção de lavouras selecionadas, o estudo identifica as maiores contribuições dos grandes estabelecimentos em algodão, cana-de-açúcar e silvicultura. No caso da mandioca, o VBP de ambos é bastante semelhante, valor total em mil reais de 1.793.832 dos “enquadráveis” e 1.834.493 dos “não enquadráveis”. Não é possível perceber a contribuição de ambos na produção de feijões. As informações

estão disponibilizadas para a produção de grãos, que soma arroz, feijão, milho, soja, sorgo e trigo.

Esse estudo não faz nenhuma menção às mulheres agricultoras nem considera a força de trabalho familiar ou contratada como objeto de análise.

A partir de então o Censo começa a ser utilizado para análises setoriais, como a utilização de agrotóxicos, e com delimitações territoriais por estado. Lauro Mattei utiliza as informações do Censo para analisar a agricultura familiar em Santa Catarina. É um dos poucos a propor uma análise de gênero, mas ainda centra-se na informação sobre pessoal ocupado no setor agropecuário catarinense.

Um olhar sobre a temática do gênero revela a preponderância do trabalho dos homens no meio rural, uma vez que os mesmos respondiam por 62% do total de ocupados, ou seja, por mais de 351 mil pessoas. Quando se consideram os distintos tipos de agricultura praticados, nota-se que no caso da agricultura familiar os homens respondiam por 59% da mão de obra deste setor, o que revela a maior importância da mulher neste setor de atividade.

Já no caso da agricultura não familiar os homens respondiam por 71% do total dos ocupados, revelando dois aspectos cruciais desta forma de produção: além de ocupar bem menos pessoas comparativamente à agricultura familiar, há menos espaço de trabalho para as mulheres trabalhadoras rurais (MATTEI, [2009?], p. 9).

Revelando as desigualdades de gênero

Os desafios iniciais quanto às informações que se produzem sobre a atividade agropecuária são visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres no setor e revelar as desigualdades de gênero ainda presentes no acesso aos meios de produção. Desde os anos 1980 vem se ampliando e qualificando a coleta de informações e cada vez mais se incluindo a variável sexo na caracterização das pessoas ocupadas na agricultura e responsáveis por estabelecimentos. Também se ampliam as análises dessas informações, inclusive com comparações regionais, como os trabalhos de Carmen Diana

Deere e Magdalena León sobre posse da terra (DEERE; LEÓN, 2001) e análises no âmbito dos países do Mercosul pela Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) (MDA; NEAD, 2006).

Segue necessário avançar em análises que tenham como ponto de partida o entendimento de como funciona a produção da agricultura familiar, camponesa, indígena. Ainda é comum que a forte presença das mulheres no trabalho para o autoconsumo e não remunerado seja avaliado como um indicador negativo a ser superado, desde um pressuposto, explícito ou não, de que a agricultura familiar é atrasada e será superada pela expansão do capitalismo no campo com relações de trabalho assalariadas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) são um exemplo. Um dos indicadores para se atender ao Objetivo nº 3 – “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres” – refere-se à proporção de trabalhadoras assalariadas no setor não agrícola como medida de magnitude inversa do trabalho feminino não remunerado. A falta de remuneração própria também é indicador de autonomia econômica do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, coordenado pela Cepal¹⁴.

O Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs de março de 2010 descreve que “em 2008 somente 3% das mulheres ocupadas no setor não agrícola não tinham rendimento, [...] em contraposição no setor agrícola 28,5% das mulheres ocupadas com 15 anos ou mais não tinham rendimento no ano de 2008. [...] A situação é mais comum na agricultura familiar”. As ações de enfrentamento descritas no Relatório referem-se ao fortalecimento das mulheres como agricultoras.

Diferenciadas políticas buscam enfrentar essa questão, como linhas de crédito para agricultura familiar voltadas especificamente para mulheres, capacitação de agricultoras, apoio ao comércio, apoio a projetos de extensão rural voltados para mulheres, entre outras. Importantes, também, são as ações que trabalham com a dimensão cultural, buscando visibilizar e valorizar os trabalhos tradicionalmente desenvolvidos pelas mulheres (IPEA, 2010a, p. 59).

¹⁴ Disponível em: <<http://www.eclac.org/oig/aeconomica/>>. Acesso em: 20 maio 2011.

No entanto, seguindo estritamente os indicadores propostos, um país onde camponesas desalojadas de suas terras em razão de um conflito armado trabalham em *maquillas*, em condições de superexploração, estaria mais perto de promover a autonomia econômica das mulheres que aqueles onde elas seguem produzindo em suas terras.

Há ainda o debate em torno à distribuição dos rendimentos no interior da família e se estes deveriam ter a forma de assalariamento. Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão analisam que “o fato do trabalho ser sem remuneração reflete as características do trabalho familiar [...] e não necessariamente corresponde a condições precárias de trabalho, embora certamente tenha consequências sobre as vidas das mulheres (e também dos filhos e das filhas)” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 5).

Para além da renda, a economia feminista ressalta a contribuição econômica do trabalho que não produz mercadoria, como o trabalho doméstico e de cuidados. Nalu Faria descreve a avaliação positiva que uma agricultora faz dos resultados de seu trabalho pela melhoria na qualidade da alimentação de sua família (FARIA, 2009, p. 23). Partindo da experiência de indígenas andinas, Magdalena León propõe avançar em visões integrais da economia que recuperem o conjunto das relações e dos recursos que são mobilizados nos ciclos de produção, reprodução e criação de riqueza que não estão circunscritos ao mercado ou ao que se troca por dinheiro (LEÓN, 2010, p. 24)

Ao mesmo tempo, em uma sociedade hegemônica pelas relações de mercado, o acesso a renda monetária permite o acesso a uma série de produtos e serviços, inclusive alguns básicos, ainda não providos pelo Estado ou pela vida comunitária, como são os exemplos de eletrodomésticos que diminuem o trabalho doméstico ou que permitem a comunicação. Cheryl Doss, Carmen Grown e Carmen Diana Deere relacionam a propriedade pelas mulheres a fatores de produção, como terra, animais, equipamentos agrícolas, a um maior empoderamento pessoal e até mesmo a menor vulnerabilidade à violência doméstica. Por essa razão propõem indicadores ao monitoramento do Objetivo nº 3 dos ODMs relacionados à posse de ativos (DOSS;

GROWN; DEERE, 2011, p. 3-4). Elas atentam-se aos bens e à sua movimentação de compra e venda para observar o bem-estar de mulheres e homens em diferentes fases da vida e sua segurança ante situações como doenças, divórcios ou perdas de safras para seguir como produtoras e produtores.

As referências de bem-estar e autonomia, sobretudo para as organizações de agricultoras, tendem a combinar produção para autoconsumo e mercado, bem como uma visão integrada de território sob manejo e controle das populações que aí convivem. Concebem mercado a partir de relações de proximidade e ciclos curtos que têm consideravelmente menos impactos ecológicos e sobre o tecido social (FRIENDS OF THE EARTH, 2007, p. 85-94), com consequências positivas para a segurança alimentar e a qualidade vida de toda a comunidade local. Desse modo, como fortalecer a participação das mulheres no manejo e gestão das terras familiares e nos territórios de suas comunidades? A individualização da propriedade e da remuneração são possibilidades, mas não exclusivas. Por exemplo, a participação das mulheres na produção associativa de grupos de mulheres em geral lhes dá mais possibilidades de decisão sobre o manejo e controle sobre os resultados de seu trabalho.

Antes de seguir é preciso considerar um elemento presente nas análises de gênero de dados do campo brasileiro: a crescente masculinização e envelhecimento da população rural com consequências na vida das comunidades rurais e nos modelos de produção (BRUMER, [2009?], p. 1). Compreender as motivações da migração rural-urbana feminina é muito importante. Tanto quanto é compreender as motivações, opções e possibilidades das mulheres que permanecem não só no campo, mas realizando atividades agropecuárias.

Ampliar o debate sobre os dados do *Censo Agropecuário 2006* pode contribuir para coletivamente identificar que informações permitem monitorar a maior autonomia econômica das mulheres rurais em uma perspectiva que combina o fortalecimento da produção para o autoconsumo e para o mercado, bem como das mulheres como ativas produtoras agropecuárias com capacidade crescente de decisão.

Recomendações do Censo Agropecuário Mundial 2010 e a coleta de informações desagregada por sexo pelo Censo Agropecuário 2006

O *Censo Agropecuário 2006* procurou responder às recomendações internacionais do Programa do Censo Agropecuário Mundial 2010 (CAM 2010). O Caderno de apresentação do Programa dedica uma seção ao papel da mulher na agricultura (FAO, 2007, p. 13). Segundo ele, a contribuição das mulheres na produção agropecuária não é considerada por falta de dados e por problemas de cálculos precisos. É possível estruturar a coleta de informações para captar o trabalho das mulheres, inclusive o doméstico, e as inter-relações entre os diferentes membros da família na gestão e operação dos estabelecimentos. A base é a identificação dos produtores, o que permite a comparação das explorações dirigidas por homens e mulheres. Relacionada às informações sobre áreas, cultivos, práticas agrícolas, permite identificar os problemas enfrentados pelas agricultoras. O CAM 2010 propõe o conceito de produtor agrícola como grupos de pessoas, que pode ser formado por marido e mulher, e assim aproxima-se da noção de cochefia familiar. Aponta desafios na coleta de informações sobre emprego das mulheres e divisão do trabalho nos domicílios. Sua grande inovação é a proposta de recolher informações considerando subexplorações e subprodutores, o que permite melhor captar a divisão de responsabilidades na gestão familiar e o papel das mulheres no processo de tomada de decisões.

Uma subexploração é uma atividade agrícola individual ou de grupo, administrada por uma pessoa particular ou grupo de pessoas no estabelecimento, que pode compreender parcelas de área ou mesmo a criação de animais sem área.

Um subprodutor é a pessoa responsável pela administração de uma subexploração.

Uma situação característica é aquela onde o produtor designado é o homem e tem a responsabilidade principal, como subprodutor do plantio de cultivos primários. A esposa do produtor pode ser a segunda subprodutora, com responsabilidades específicas de gestão, por exemplo, da horta doméstica. Outros membros da família podem

ser também subprodutores com responsabilidades específicas, por exemplo, na criação de gado. [...]

O uso dos conceitos de subexploração/subprodutor ajuda a identificar melhor os produtores agrícolas. Ao invés de identificá-los diretamente, se identifica primeiro cada subprodutor e se usa esta informação para determinar o principal encarregado na tomada de decisões (FAO, 2007, p. 24).

No entanto, a coleta de informações em separado tende a acontecer nos casos em que a família tem uma decisão consciente sobre a responsabilidade de um de seus membros por uma atividade – uma parte da área do roçado ou o quintal. Algumas agricultoras relatam experiências em que, quando jovens, puderam ter o seu próprio roçado para gastos pessoais, além de trabalhar no roçado da família. O risco, então, é de permanecer na invisibilidade o trabalho realizado pelas mulheres na subexploração de responsabilidade do pai ou marido. Outro limite é a fragmentação da unidade produtiva ocultando as inter-relações entre as atividades fundamentais, em especial nas práticas agroecológicas.

O CAM 2010 também propõe a coleta de dados em âmbito comunitário e sua relação com outros levantamentos, como aqueles de uso do tempo, que fornecem informações úteis à compreensão da realidade das mulheres no campo.

O *Censo Agropecuário de 2006*, em conformidade com o Programa do Censo Agropecuário Mundial de 2010, identifica o sexo do responsável pelo estabelecimento. A condição legal do produtor contempla a categoria “condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas”, que pode ser marido e mulher, mas também grupos de amigos ou parentes. Contudo, quando se define quem dirige o estabelecimento, considera-se apenas um dos produtores. Na resposta a quem dirige o estabelecimento o Manual do Recenseador instrui assinalar “Produtor titular diretamente ou sócio – quando a direção dos trabalhos estiver sob a responsabilidade do produtor, ou de um sócio, no caso de sociedade de pessoas: marido e mulher, parentes e amigos; ou de um dos condôminos, no caso de condomínio” (IBGE, 2007,

p. 37). No caso de explorações comunitárias há orientação clara para que se registre a quantidade de produtores separados por sexo. Os conceitos de subexploração e subprodutor não foram utilizados no Censo 2006.

O Censo também desagrega por sexo as informações sobre pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor: cônjuge, filho(a), pai, mãe, sogro(a), avô(ó), genro, nora, companheiro(a), menor sob guarda ou tutela, irmão(ã), neto(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), enteado(a) do produtor.

Censo Agropecuário 2006: análise do conjunto dos estabelecimentos agropecuários

Nesta parte do texto serão comentadas as informações relativas a condição do produtor em relação às terras, condição legal do produtor, forma de obtenção da terra, educação, orientação técnica e local do estabelecimento, e atividade do produtor fora do estabelecimento, informações estas que são desagregadas por sexo do responsável pelo estabelecimento na publicação do *Censo Agropecuário 2006* (IBGE, 2009b). Em continuação são analisadas as informações relativas a formalização dos estabelecimentos pelo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), filiação a associações de classe e financiamento a partir de tabulações especiais realizadas pelo IBGE a pedido da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA.

Estabelecimentos agropecuários em que as responsáveis são mulheres

A participação de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos (12,68%) é ainda inferior à taxa de mulheres chefes de família no meio rural brasileiro, de 14,6% segundo a PNAD de 2006 (SPM/IPEA/UNIFEM, 2008, p. 3). Embora a participação das mulheres chefes de família no meio rural tenha se elevado de 11,4%, em 1993, para 14,6%, em 2006, ainda está distante da realidade no mundo urbano, onde a chefia feminina aumentou em 9,6 pontos percentuais no mesmo período. Em 2006 as mulheres se declararam como responsáveis por quase 29% dos

domicílios brasileiros. Hildete Melo e Alberto Di Sabbato analisam que a “posição de chefe de família ainda é tradicionalmente um lugar masculino, mas tudo indica que o campo não está imune às transformações em curso na sociedade” (DI SABBATO; MELO, 2009, p. 98). No entanto, pode se verificar maior resistência na atuação das mulheres como responsáveis por atividades agropecuárias. Esses mesmos autores descrevem que, em 2006, 24,5% das mulheres chefes realizavam atividades de serviços ou não especificadas (ibidem, Tabela 19b, p. 100).

Considerando a idade, 60% dos homens que dirigiam os estabelecimentos tinham mais de 45 anos, enquanto 68% das mulheres estavam nessa faixa etária, o que evidencia tanto o envelhecimento como uma tendência à masculinização nas novas gerações. Ao mesmo tempo indica a experiência e a permanência no campo.

Segundo dados compilados pela FAO para alguns países da América do Sul, os domicílios rurais chefiados por mulheres eram 17,1% dos domicílios rurais na Bolívia, 21,7% na Colômbia, 13,4% no Paraguai e 16,3% no Peru (FAO, 2011, p. 122). Na África Subsaariana chegavam a 25,5% (ibidem, p. 118).

As mulheres eram responsáveis por 15% dos estabelecimentos agropecuários na África Subsaariana, com grande variação intrarregional; eram menos de 5% no Mali e mais de 30% em Botsuana, Cabo Verde e Malawi. A América Latina é a região considerada em desenvolvimento com mais alta participação de mulheres responsáveis por estabelecimentos, pouco menos de 20% do total, excedendo a 25% no Chile, Equador e Panamá (ibidem, p. 23 e 24).

Condição do produtor em relação às terras

As mulheres enfrentam uma profunda desigualdade no acesso à terra. Na primeira tabela apresentamos a distribuição dos estabelecimentos por sexo do responsável e por sua condição em relação à posse da terra: proprietários, assentados sem titulação definitiva, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área. Como se verá abaixo, a proporção de estabelecimentos em que as responsáveis são mulheres na condição de proprietárias é ligeiramente inferior à dos homens e praticamente igual no

caso de assentados sem titulação definitiva. No entanto, as mulheres são as mais precárias entre os precários. A proporção de estabelecimentos em que as responsáveis são mulheres é quase a metade da dos homens na condição de arrendatários e quase o dobro na condição de produtores sem área.

No Censo 2006, diferentemente do anterior, quando identificada a existência de atividade de criação ou produção agropecuária de pessoal empregado, e informado que esta atividade não estava sob responsabilidade do produtor, um novo questionário era aberto com as informações do empregado, o qual se considerou como produtor sem área. Esse procedimento aumentou o número de produtores sem área, mas possivelmente com maior impacto sobre os homens, já que eles são a maioria dos empregados.

Tabela 1 – Condição do produtor em relação às terras, por sexo do responsável pelo estabelecimento

Condição do produtor	Mulher %	Homem %
Proprietário	75,9	76,3
Assentado sem titulação definitiva	3,6	3,7
Arrendatário	2,4	4,7
Parceiro	1,7	2,9
Ocupante	8,3	7,9
Produtor sem área	8,1	4,5
Total	100	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

O acesso desigual das mulheres à terra é ainda mais evidente quando observamos a área média por condição do produtor. Os estabelecimentos em que as mulheres são as responsáveis têm áreas médias inferiores à metade da área média dos estabelecimentos em que os homens são responsáveis nas condições de proprietários e arrendatários, e próximas à metade nos casos em que eles são parceiros e ocupantes. Na condição de assentados a diferença é menor; a área média dos estabelecimentos

em que a mulher é responsável equivale a 78% da área média dos administrados por homens. Ainda assim é uma diferença significativa, considerando as diferentes iniciativas levadas a cabo nos últimos anos para eliminar as barreiras ao acesso das mulheres à terra nos processos de seleção de beneficiários e nas políticas de apoio aos assentamentos de Reforma Agrária (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 195 e 196; BUTTO; HORA, 2008, p. 27-33).

Há que se considerar que o número de estabelecimentos em que a mulher é responsável na condição de assentado sem titulação definitiva (23.660 estabelecimentos) equivale a 12,5% do total de estabelecimentos nessa condição (189.191). Esta proporção é muito próxima aos 12,6% de participação das mulheres como beneficiárias diretas no I Censo Nacional de Reforma Agrária realizado em 1996 (DEERE, 2002, p. 112). No entanto, segundo dados do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) para 2006 disponibilizados pela DPMR por consulta realizada em 17 de junho de 2011, 26.056 mulheres chefes de família eram beneficiárias dos programas de Reforma Agrária, o que representava 14,87% do total. O Sipra contabilizava 55.466 mulheres em situação de casamento, ou seja, beneficiárias por titulação conjunta. Somadas as duas situações, as mulheres representavam, em 2006, 46,53% dos beneficiários dos Programas de Reforma Agrária. Os dados do Sipra são atualizados de forma permanente, enquanto as informações do Censo são um retrato do momento da coleta de dados. Além do mais o Sipra inclui os beneficiários com titulação definitiva, enquanto a categoria contabilizada pelo Censo é de terras concedidas por órgão fundiário ainda sem título definitivo.

Tabela 2 – Área média dos estabelecimentos segundo a condição do produtor e o sexo do responsável pelo estabelecimento

Condição do produtor	Mulher (ha)	Homem (ha)
Proprietário	33,17	84,19
Assentado sem titulação definitiva	24,33	31,26
Arrendatário	13,89	41,03
Parceiro	8,02	14,43
Ocupante	7,98	16,53

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

A Tabela acima revela uma das formas de desigualdade no acesso à terra pelas mulheres, que é o fato de serem responsáveis por unidades menores. A área média das proprietárias representava menos de 40% dos proprietários, e a área média das arrendatárias representava 34% dos arrendatários. Somam-se a isto as evidências de estudos empíricos que indicam estarem as mulheres em áreas com menores condições de produção e acesso à comercialização (CARNEIRO, 2001, p. 49; DOSS; GROWN; DEERE, 2011, p. 6). Considerando dados representativos e comparáveis de 20 países na Base de Dados RIGA (Rural Income Generating Activities) da FAO, em todos eles a área média dos estabelecimentos chefiados pelos homens era superior àquela dos chefiados por mulheres. A desigualdade era mais acentuada em Bangladesh, Paquistão e Equador, onde a área média sob responsabilidade dos homens era mais do que o dobro daquela sob responsabilidade das mulheres (FAO, 2011, p. 23).

No caso das assentadas sem titulação definitiva, há que se perguntar o que explica a área média das assentadas ser equivalente a 78% dos assentados, já que os lotes nos projetos de assentamentos são divididos em áreas iguais. Uma hipótese é a diferença na distribuição regional. Considerando o tamanho dos módulos diferenciado por região, a área média dos estabelecimentos dos assentados sem titulação definitiva é 57,68 ha na Região Norte; 20,08 ha no Nordeste; 21,63 ha no Sudeste; 22,08 no Sul; 44,45 ha no Centro-Oeste. Carmen Diana Deere, analisando os dados do Censo da Reforma Agrária de 1996, aponta para uma grande variação regional, e mesmo dentro de cada região, na participação das mulheres chefes de família nos projetos de Reforma Agrária. O índice das beneficiárias era maior no Nordeste (13,4%) e Sudeste (13,8%) do que no Sul (7,9%) e no Centro-Oeste (11,5%). Em 1996 as mulheres chefes de família eram 12,7% dos beneficiários na Região Norte, o que é muito próximo da participação nacional de 12,6%, e os beneficiários estimados da Região Norte representavam 41% do total e 33% do Nordeste (DEERE, 2002, p. 145, e Incra/CRUB/UnB, 1997, p. 9). Em 2006, segundo o *Censo Agropecuário*, a distribuição dos estabelecimentos de assentados sem titulação definitiva era de 14% na Região Norte; 46% no Nordeste; 9% no Sudeste; 12% no Sul e 19% no Centro-Oeste (IBGE, 2009b, p. 523).

Carmen Deere se pergunta se as variações regionais são menos relacionadas a causas estruturais, como o preço da terra, e mais à expressão de um modo particular pelo qual os movimentos sociais têm-se desenvolvido e definido suas prioridades (DEERE, 2002, p. 112). Os dez anos que separam o Censo da Reforma Agrária do Censo Agropecuário foram de expansão e fortalecimento das mulheres nos movimentos sociais rurais; mereceria, portanto, uma análise dos impactos regionais de sua presença no acesso à terra. No entanto, ao se manter a maior participação de mulheres chefes de família na Região Nordeste, somado à indicação de um aumento na participação de assentamentos nessa região, tem-se uma explicação possível para a variação na área média dos estabelecimentos de assentados sem titulação definitiva segundo o sexo do responsável.

Condição legal do produtor

A quase totalidade dos estabelecimentos tem a condição legal de produtor individual, quase 96% dos estabelecimentos em que os homens são responsáveis e pouco mais de 96% dos estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis.

A condição legal “condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas” foi utilizada nos casos em que o responsável fosse, em realidade, mais de uma pessoa, como marido e mulher, pais e filhos, amigos ou outros. No entanto esta condição representou 2% dos estabelecimentos para ambos os sexos dos responsáveis. Portanto, esta ainda não é uma condição que permite retratar a contribuição das esposas como corresponsáveis na produção do estabelecimento agropecuário. A participação dos estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis na condição legal cooperativa é bastante semelhante à dos homens, mas é inferior no caso de sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada.

Forma de obtenção da terra

A tabela abaixo considerou o total de estabelecimentos para as formas de obtenção de terra conforme dados da Tabela 1.1.7 – Forma da obtenção das terras do produtor proprietário, segundo as variáveis selecionadas – Brasil – 2006, do *Censo Agropecuário 2006*, ou seja, um total de 3.977.555 estabelecimentos em que os homens são responsáveis e um total de 552.205 estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis.

Tabela 3 – Forma de obtenção da terra por sexo do responsável pelo estabelecimento

Forma de obtenção	Mulher %	Homem %
Compra de particular	42,2	54,9
Compra via crédito fundiário (Cédula da terra, Banco da terra, etc.)	0,8	1
Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	6,7	6,4
Herança	44	32,2
Doação particular	3,5	2,6
Usucapião	1	1
Outra forma	1,3	1,2
Não sabe	0,5	0,5
Total	100	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

É possível verificar que a herança permanece como forma principal de acesso à terra para as mulheres, como identificado por Carmen Diana Deere e Magdalena León, em cinco países da América Latina (DEERE; LEÓN, 2003, p. 110), e por Cheryl Doss, Caren Grown e Carmen Diana Deere na Ásia do Sul (DOSS; GROWN; DEERE, 2011, p. 13).

Carmen Diana Deere e Magdalena León (ibidem) utilizaram dados do Censo Comunitário Rural 2000 para o Brasil e identificaram que 54% das mulheres tiveram acesso à terra por herança, 0,6% pelo Estado, 37,4% pelo mercado e 7,8% de outras formas, o que inclui doações particulares. No caso dos homens,

22% por herança, 1% pelo Estado, 73,1% pelo mercado e 3,9% por outras formas. Comparado ao *Censo Agropecuário 2006*, chama a atenção o aumento da forma de obtenção de terra por mecanismos de Estado, como os processos de reforma agrária e regularização fundiária. Esta forma tem participação similar para estabelecimentos com mulheres e homens responsáveis.

O Estado não chega a reproduzir os mecanismos de desigualdade de gênero do mercado, mas tampouco consegue desenvolver ações afirmativas capazes de neutralizar os seus impactos. Quando se consideram os estabelecimentos em que a terra foi obtida por Reforma Agrária, 87% tinham um homem como responsável e 13% uma mulher. No caso do crédito fundiário esta diferenciação é ainda maior – em 91% deles um homem era responsável e apenas 9% tinham uma mulher como responsável.

Marcelo Miná Dias analisa a participação de mulheres e homens como beneficiários diretos (o titular da assinatura do contrato) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Considerando as entradas até março de 2010 no Sistema de Análise e Contratação do PNCF, o autor identifica a participação por acesso direto de 81,8% de beneficiários e 18,1% de beneficiárias nas várias modalidades do programa. Esta participação é similar à proporção de domicílios chefiados por mulheres no meio rural brasileiro, que era de 18% em 2009 (DIEESE, 2011, p. 32). Ainda assim, o autor questiona a prevalência masculina no programa – o que “implica uma série de dificuldades para que as mulheres rompam com relações de dominação que são cotidianamente atualizadas em concepções e práticas” –, ressalta o fato de que a maioria das beneficiárias é solteira e constata a necessidade de novas ações afirmativas que potencializem o acesso das mulheres à terra por meio do PNCF (DIAS, 2010, p. 49 e 50).

Andrea Butto e Karla Hora traçam um breve histórico das políticas governamentais de acesso à terra no Brasil e demarcam 2003 como o início da mudança na concepção que orienta as políticas no meio rural e a proposição de ações afirmativas que se efetivaram na revisão de marcos legais e na execução de vários programas. Este marco se expressa no II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) e no I PNPM

(Plano Nacional de Políticas para as Mulheres), ambos de 2004 (BUTTO; HORA, 2008, p. 28). O pouco tempo que separa essas iniciativas do *Censo Agropecuário 2006* dificulta que seu impacto já possa ser percebido. As informações coletadas neste Censo e diferenciadas por sexo são um ponto inicial na observação das mudanças que estão a ocorrer ao longo do período até a realização do próximo Censo. Sabe-se de antemão que políticas governamentais para fazer frente às desigualdades históricas no acesso das mulheres à terra, bem como aquelas que são criadas pelo modelo de agricultura industrial, só terão impactos ao se combinarem as ações massivas de redistribuição de terras por meio de assentamentos e regularização fundiária com políticas de ação afirmativa dirigidas às mulheres como beneficiárias em acesso conjunto ou direto à terra.

Educação

Na população rural verifica-se um aumento da escolaridade feminina.

Assim, se, em 1993, 16,8% dos homens urbanos e apenas 2,8% dos rurais tinham estudado por nove anos, no mínimo, em 2006, as porcentagens foram de 35,5% e 12,1%. No caso das mulheres urbanas, 17,9% tinham aquele nível de escolaridade em 1993, e apenas 3,5% das rurais. Em 2006, 38,4% e 15,2% das residentes, respectivamente, nas cidades e na zona rural tinham estudado, no mínimo, nove anos (LOMBARDI, 2009, p. 130).

A maioria dos países com informações na Base de Dados RIGA atingiram a paridade de gênero na educação primária. Na América Latina um dos maiores avanços para as mulheres tem sido na educação primária e secundária, no entanto, ainda persistem desigualdades entre populações indígenas de muitos países (FAO, 2011, p. 29)

No *Censo Agropecuário 2006* a distribuição do nível de instrução por sexo dos produtores revela que as mulheres responsáveis por estabelecimentos apresentam escolaridade mais baixa do que os produtores. Dentre os homens responsáveis pelo estabelecimento, 23,6% não sabe ler e escrever, enquanto 31% das

mulheres estão nessa categoria. Agregando as categorias “não sabe ler e escrever” e “sabe ler e escrever (sem nenhuma instrução e alfabetização de adultos)”, obtém-se 45,7% do total de informantes do sexo feminino e 38,1% do sexo masculino (IBGE, 2009b, p. 121).

Nos extratos de menor escolaridade há maior disparidade entre mulheres e homens na condição “não saber ler e escrever”. Esta é uma condição de maior incidência nas faixas etárias de 55 anos ou mais. Na faixa etária de menor de 25 anos, as mulheres na condição “não sabe ler e escrever” e “nenhuma instrução” são menos de 1% do total de todas as mulheres, enquanto os homens se referem a 1,55% do total de homens. Isto mostra que o problema de acesso à educação para as mulheres na zona rural se concentra nas mulheres idosas, que trazem a marca do preconceito e da exclusão de anos anteriores. A proximidade na participação na alfabetização de adultos, com uma ligeiramente maior participação para as mulheres (5,29 e 5,54), revela que, para enfrentar o problema, mais do que manter a igualdade são necessárias ações de reparação dirigidas às mulheres idosas.

O Programa Mulheres Mil é uma iniciativa do Governo Federal nesse sentido e integra as ações do Brasil Sem Miséria. Em março de 2012 mais de 10 mil mulheres participavam de atividades de formação em gênero, profissionalização e elevação da escolaridade, implementadas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets) e coordenadas pelo Ministério de Educação em parceria com a Agência de Cooperação Canadense¹⁵. Entre as atividades de profissionalização a demanda inicial das mulheres reproduz atividades consideradas femininas, como corte e costura e artesanato, mas os cursos ministrados vão além e muitos tratam do processamento de alimentos.

A FAO descreve uma participação crescente de mulheres na educação superior em todas as regiões consideradas em desenvolvimento. Apesar de não haver dados desagregados por sexo, esta parece ser a tendência também nas ciências da agricultura. A participação das mulheres na pesquisa e na educação superior nessa área é particularmente alta na África do Sul (41%), Moçambique (35%) e Botsuana (32%) (FAO, 2011, p. 30).

¹⁵ Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

Nos extratos de maior escolaridade há uma aproximação entre homens e mulheres: 7,38% dos produtores e 7,01% das produtoras tinham Ensino Médio; 2,81% dos produtores e 2,9% das produtoras, Ensino Superior. Chama a atenção, no entanto, a menor incidência de produtoras com formação técnica nas áreas relativas à produção agrícola (Agronomia, Veterinária, Zootecnia e Engenharia Florestal). No caso das agrônomas, a faixa etária de maior participação é de 35 a menos de 45 anos, enquanto os agrônomos de 45 a menos de 55 anos. Não há diferença significativa na posição (proprietários, administradores, etc.) entre homens e mulheres com Ensino Superior na área. Esta informação indica duas hipóteses que podem se somar. As mulheres, sobretudo das zonas rurais, que ascendem ao Ensino Superior não o fazem em profissões técnicas na área (porque pode haver menor disponibilidade de cursos comparada a outras áreas, os cursos podem ter período de aula integral dificultando compatibilizar com atividade que garanta remuneração, repetição do padrão geral em que as moças são impelidas aos cursos que associam a tarefas de cuidado consideradas femininas, etc.). Considerando que há um aumento crescente da participação de mulheres nessas profissões, outra hipótese seria que para elas talvez seja mais difícil aceder à terra e atuar como produtoras do que para os homens. Dos produtores com graduação em agronomia 97,5% são homens e 2,5% são mulheres. Por não dispor de dados nacionais, a título de exemplo, comparamos dados de profissionais em agronomia registrados no CREA-RJ em 2010: 12% eram mulheres e 88% homens¹⁶, enquanto no *Censo Agropecuário* os produtores agrônomos no Rio de Janeiro eram 97% do total de produtores com esta formação.

¹⁶ Pesquisa no CREA-RJ mostra crescimento da participação da mulher. Disponível em: <<http://www.confearg.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8885&pai=8&sid=10&tpl=printerview>>. Acesso em: 14 maio 2010.

Tabela 4 – Pessoa que dirige o estabelecimento por sexo e nível de instrução

Escolaridade	Mulheres	Homens %
Não sabe ler nem escrever	30,96	23,56
Nenhuma instrução, mas sabe ler e escrever	9,20	9,25
Alfabetização de adultos	5,54	5,29
Ensino fundamental incompleto	37,38	43,08
Ensino fundamental completo	7,03	8,64
Ensino médio técnico agrícola	0,91	1,41
Ensino médio outro	6,10	5,97
Ensino superior profissões da área	0,12	0,50
Ensino superior outros	2,78	2,31
Total	100	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Orientação técnica

“No País, a orientação técnica continua muito limitada, sendo praticada em 22,0% dos estabelecimentos, os quais, entretanto, ocupam 46,0% das terras. A área média do grupo assistido é de 228 ha; enquanto a dos não assistidos é de 42 ha. É nítida a segmentação da assistência técnica em função de sua origem e do tamanho dos estabelecimentos atendidos” (IBGE, 2009b, p. 117). “O sexo do produtor, para qualquer nível de instrução, também foi determinante: os estabelecimentos dirigidos por mulheres receberam menos orientação técnica. Do total de produtores homens, 76,5% não receberam orientação; para as mulheres, o contingente é de 87,3%” (IBGE, 2009b, p. 121).

A realidade brasileira insere-se no contexto mundial, em que nos demais países considerados em desenvolvimento produtoras e produtores têm pouco acesso aos serviços de extensão, mas as mulheres estão ainda em pior situação. Segundo pesquisa realizada pela FAO em 1988-1987 em 97 países, somente 5% de todos os recursos dos serviços de extensão eram dirigidos às mulheres, e somente 15% dos extensionistas eram mulheres. Estudos empíricos demonstraram que além do menor acesso, os resultados do trabalho de extensão eram mais evidentes nas áreas de responsabilidade dos homens que naquelas das mulheres (FAO, 2011, p. 32).

Tabela 5 – Orientação técnica por sexo da pessoa que dirige o estabelecimento

Sexo	Não recebeu %	Ocasionalmente %	Regularmente %
Mulheres	87,33	7,95	4,72
Homens	76,50	13,50	10

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Tabela 6 – Origem da orientação técnica por sexo

Sexo	Governo%	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas	ONGs	Outras
Mulher	48,97	20,43	13,27	8,31	5,68	0,82	2,50
Homem	38,81	20,10	18,50	12,68	6,94	0,53	2,44

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

A tabela acima revela a importância da orientação técnica governamental para as mulheres. É possível que esta maior presença se relacione com uma possível concentração da orientação técnica governamental nos estabelecimentos menores, onde as mulheres estão proporcionalmente mais representadas. Porém, considerando a área média da agricultura familiar de 18,4 ha, utilizamos como indicação o número de estabelecimentos com menos de 20 ha que receberam orientação técnica governamental. Esta é uma referência indicativa, pois o módulo varia por região, e a área média da agricultura familiar na Região Norte é de 40,3 ha. No entanto, os estabelecimentos da agricultura familiar na Região Norte representam apenas 9,5% dos estabelecimentos. Dentre os estabelecimentos com menos de 20 ha que receberam orientação técnica, mais de 55% teve origem em ações dos governos federal, estadual ou municipal. Portanto, o tamanho do estabelecimento parece não ser a única resposta à maior importância da orientação técnica governamental para as mulheres.

No caso das ONGs, embora sua participação seja pequena em comparação às demais, elas têm maior importância para as mulheres e são responsáveis pela orientação técnica a 719 estabelecimentos dirigidos por elas, dentre as quais 597 com

escolaridade até o ensino fundamental completo. Considerando os estabelecimentos com menos de 20 ha, estes foram 58% dos que receberam orientação técnica de ONGs.

Dentre os produtores agropecuários com instrução até o ensino fundamental completo 11,45% receberam orientação técnica regular. Entre aqueles com ensino médio e superior este índice chegava a 23%, o que indica uma relação positiva entre o nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento e o acesso a orientação técnica.

No caso das produtoras agropecuárias, 17% tinham o ensino fundamental completo ou mais de instrução. Considerando as que receberam orientação técnica regular, 38% tinham esse nível de escolaridade. No caso dos produtores, esse percentual era de 37%. A manutenção, no caso das produtoras, de uma correlação positiva entre escolaridade e orientação técnica em grau semelhante aos produtores é intrigante, pois, supostamente, a maior presença da orientação técnica governamental e de ONGs entre as mulheres poderia corrigir essa tendência de concentração do acesso à orientação técnica para produtores mais escolarizados. A resposta também parece não estar na condição do produtor. Por exemplo, poderíamos supor que há uma maior presença governamental junto às assentadas sem titulação definitiva. No entanto a escolaridade entre as assentadas repete o mesmo padrão geral: 17% delas tinham o ensino fundamental completo ou mais de instrução.

Local de residência

Embora não exista uma diferença significativa, as produtoras viviam mais no estabelecimento, na zona rural e nas proximidades.

Neste sentido se coloca para elas a necessidade de infraestrutura e do resgate de uma dívida histórica com o campo brasileiro. Ao analisar os dados da PNAD 2008, o IPEA, em seu comunicado, descreve que

a população rural ainda carece de serviços básicos de saneamento. Um terço dos domicílios rurais não possui água encanada, ao passo que, nas cidades, não atinge 3%. Com relação à existência de banheiros, a situação melhora um pouco no campo: 80% dos domicílios possuem ao menos um banheiro ou sanitário, porém, se comparado com a zona urbana, há uma discrepância relevante, uma vez que nesta área quase cem por cento dos domicílios possuem banheiro. Diferença mais acentuada é notada ao se analisar a forma de escoadouro do banheiro ou sanitário. Na zona rural, quase 60% dos domicílios utilizam fossa rudimentar. Já nas áreas urbanas, a forma de escoadouro predominante é a rede coletora de esgoto ou pluvial, que representa mais de 60% do total. [...] Os dados sobre forma de iluminação do domicílio trazem um aspecto interessante a respeito do fornecimento de energia elétrica aos domicílios rurais. Em 2004, 81% dos domicílios rurais eram atendidos por energia elétrica. Essa proporção, em 2008, foi para 91%, um crescimento de 12% em quatro anos. [...] Trata-se de um ganho significativo e que pode ser atribuído, em boa medida, ao programa de eletrificação rural implantado pelo Governo Federal a partir de 2004 (IPEA, 2010b, p. 6 e 7).

A ampliação da rede de energia elétrica tem um forte impacto no cotidiano das mulheres, com a diminuição de seu trabalho, como, por exemplo, com a utilização de bombeamento de água por motor, ou no aumento de horas de trabalho, quando as mulheres passam a realizar tarefas como lavar roupa à noite. Infelizmente o Censo computa apenas eletrodomésticos relacionados à comunicação, como televisão com antena comum e parabólica, videocassete, DVD, rádio, computador e acesso a internet. Não há informações sobre geladeira ou máquina de lavar roupa, equipamentos que têm um grande impacto na redução da jornada de trabalho das mulheres e conseqüentemente de seu tempo dedicado a trabalhos que produzem renda monetária (LAVINAS, 2007, p. 1473).

Tabela 7 – Local de residência por sexo

Sexo	No estabelecimento %	No município na zona urbana	No município na zona rural	Em outro município na zona urbana	Em outro município na zona rural
Mulher	79,13	9	9,18	2,26	0,43
Homem	76,59	10,80	8,98	2,95	0,69

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Pessoas ocupadas por sexo

Segundo o *Censo Agropecuário 2006*, as mulheres representavam 30,5% do pessoal ocupado em atividades agropecuárias, e os homens, 69,5%. Segundo dados da FAO, as mulheres representavam 42,7% do pessoal ocupado na agricultura em âmbito mundial, indo de 48,5% na África a 20,9% na América Latina e Caribe (FAO, 2011, p. 111 e 115).

O *Censo Agropecuário de 2006*, em conformidade com o Programa do Censo Agropecuário Mundial de 2010 elaborado pela FAO, pela primeira vez desagrega as informações sobre pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor: cônjuge, filho(a), pai, mãe, sogro(a), avô(ó), genro, nora, companheiro(a), menor sob guarda ou tutela, irmão(ã), neto(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), enteado(a) do produtor. Esta é uma primeira aproximação a visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres na agricultura familiar que merece uma leitura bastante atenta. Entre o pessoal ocupado com laços de parentesco, 64,77% são homens e 35,23% mulheres, o que nos faz supor uma subdeclaração pelas mulheres das atividades que realizam. Na publicação do *Censo Agropecuário* a desagregação por sexo é feita apenas para grupos e classes de atividades econômicas, analisada abaixo. O pessoal ocupado sem laços de parentesco envolve empregados permanentes, temporários, parceiros e outros que realizaram atividades de apoio à agropecuária, como motoristas e cozinheiras.

Tabela 8 – Pessoas ocupadas com laço de parentesco com quem dirige o estabelecimento, por grupos de atividade econômica

GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA	MULHERES %	HOMENS %
Lavouras temporárias	39,11	38,71
Cultivo de cereais	11,51	12,10
Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras de lavoura temporária	0,15	0,16
Cultivo de cana-de-açúcar	1,03	1,53
Cultivo de fumo	3,72	2,61
Cultivo de soja	2,01	2,6
Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	0,33	0,33
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	20,37	19,31
Horticultura e floricultura	3,94	3,64
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	3,84	3,52
Cultivo de flores, folhagens e outras plantas ornamentais	0,10	0,12
Produção de lavouras permanentes	9,8	11,25
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	0,04	0,05
Pecuária e criação de outros animais	42,32	42,04
Criação de bovinos	26,68	28,93
Criação de outros animais de grande porte	0,23	0,31
Criação de ovinos e caprinos	1,72	1,73
Criação de suínos	2,92	2,51
Criação de aves	10,32	8,11
Criação de outros animais	0,44	0,47
Produção florestal – florestas plantadas	1,21	1,32
Produção florestal – florestas nativas	3,00	2,48
Pesca	0,40	0,33
Aquicultura	0,18	0,23
Total	100	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Apesar de pequena diferença, identifica-se que as mulheres ocupadas se dedicam, relativamente, um pouco mais que os homens à cultura do fumo e à criação de aves. Nesse sentido é importante considerar a participação das mulheres no desenvolvimento de ações para a diversificação em áreas cultivadas com tabaco (GREGOLIN; PERACI, 2007, p. 3).

A pecuária e as lavouras temporárias concentram a maioria do pessoal ocupado com laços de parentesco (em torno de

42% e 39% no caso de mulheres e homens). Os dados do Censo Agropecuário para o conjunto dos ocupados demonstram uma participação ligeiramente inferior na pecuária (40,65% para as mulheres e 39,65% para os homens); similar nas lavouras temporárias (38,3% para as mulheres e 38,68% para os homens) e na horticultura (4,1% das mulheres e 3,51% dos homens); e ligeiramente superior nas lavouras permanentes (12,35% das mulheres e 13,93% dos homens) (IBGE, 2009b, p. 249).

Os dados da PNAD 2006 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para o conjunto do pessoal ocupado em atividades agrícolas são próximos ao pessoal ocupado com laços de parentesco computados pelo Censo Agropecuário nas lavouras temporárias e criação de aves, inferior na pecuária e superior na horticultura e floricultura (DIEESE; NEAD/MDA, 2008, p. 105). A maioria das mulheres ocupadas tinha a posição de cônjuges na família (66,4%) e estas eram 65,9% das mulheres ocupadas na pecuária e 60,8% nas lavouras temporárias (ibidem, p. 107). Do conjunto das mulheres ocupadas, 80,7% não receberam remuneração por seu trabalho, enquanto 27% dos homens se encontravam nessa situação (ibidem, p. 130).

O Dieese analisou os dados da PNAD 2009 relativos à renda mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade segundo o sexo (DIEESE; MDA/NEAD, 2011, p. 131). A renda média dos homens na pecuária e na silvicultura/exploração florestal é o maior montante: R\$ 725,00 em setembro de 2009. As mulheres ocupadas na pecuária receberam R\$ 223,00, ou seja, o equivalente a 31% do rendimento dos homens. Nas lavouras temporárias o rendimento das mulheres era de R\$ 86,00, o equivalente a 24% do rendimento dos homens. A renda média das mulheres na apicultura/sericicultura é zero, o que indica um possível erro de amostragem. Em seguida, a maior diferença de rendimentos está na criação de aves. O rendimento médio obtido pelas mulheres, de R\$ 25,00, equivale a 6% do rendimento obtido pelos homens. Justamente esta é a atividade onde o Censo Agropecuário demonstra uma presença ligeiramente maior de mulheres ocupadas, sendo necessárias pesquisas empíricas para explicar tão grande diferenciação no rendimento. Pode ser que esta grande diferenciação se dê na remuneração de pessoal ocupado

sem laços de parentesco, estando as mulheres concentradas em determinadas etapas do trabalho em áreas de produção bastante tecnicizadas. A segregação contribui para que o cuidado e a destreza manual construída pela socialização de gênero feminino sejam utilizados no processo produtivo, e ao mesmo tempo em que se justifica uma menor remuneração pelo tipo de atividade considerada mais simples, justamente por serem mulheres que a realizam (HIRATA; ROGERAT, 1988, p. 189; PAULILO, 1987).

A distribuição de mulheres e homens ocupados em atividades agropecuárias com laços de parentesco permite poucas inferências sobre uma divisão sexual do trabalho no campo. Os homens têm maior participação nas atividades relacionadas a lavouras permanentes e as mulheres na pecuária (por causa de sua participação na criação de aves) e nas lavouras temporárias (por causa de sua participação no cultivo de fumo e outros produtos). Mas as variações são pequenas. Elas não explicam totalmente as enormes diferenciações em termos de rendimentos médios por atividade entre mulheres e homens, verificada a partir dos dados da PNAD. Estas podem também ser explicadas por formas de discriminação indireta, como o número de horas trabalhadas. Segundo o Dieese, 34,4% das ocupadas trabalharam, em 2009, até 14 horas por semana, enquanto 6,7% dos homens tinham a mesma jornada (DIEESE; MDA/NEAD, 2011, p. 109). Esta é uma forma de discriminação indireta, porque em geral as mulheres “optam” por jornadas menores para conciliar com o trabalho doméstico ou só encontram trabalho remunerado nessas condições. A isso também se soma a discriminação direta, com baixas ou nenhuma remuneração monetária ao trabalho das mulheres, mesmo no caso de pessoal ocupado sem laços de parentesco. A diferença de remuneração também não se explica por uma menor organização das mulheres. As mulheres ocupadas agrícolas são mais sindicalizadas do que os homens. Em 2009, daquelas que viviam em áreas urbanas, 22,2% eram associadas a sindicato, frente a 19,8% dos homens, e entre aquelas que viviam na área rural, 32,9% eram associadas, frente a 24% dos homens (DIEESE; MDA/NEAD, 2011, p. 149).

Atividade fora do abastecimento

Num total de 1.479.362 estabelecimentos o produtor declarou ter atividades fora do estabelecimento, o que representa quase 29% dos estabelecimentos totais. Dentre os produtores que declararam atividades fora, 46% realizavam atividades agropecuárias, 51% não agropecuárias e 3% agropecuárias e não agropecuárias.

No caso dos estabelecimentos em que o homem é responsável, pouco mais de 29% declararam ter atividade fora dele. Destes, quase 48% em atividades agropecuárias, pouco mais de 49% em atividades não agropecuárias e 3% em agropecuárias e não agropecuárias.

Nos estabelecimentos em que a mulher é responsável, 21% das produtoras declararam ter atividade fora dele. Destas, pouco mais de 36% exercem atividades agropecuárias, 61% não agropecuárias e 2,5% agropecuárias e não agropecuárias. Considerando apenas a responsável pelo estabelecimento, não é possível verificar a hipótese de Carolina Castilho e Silva e Sergio Schneider de que a participação das mulheres em atividades não agrícolas favorece sua permanência no campo (CASTILHO E SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 187). No entanto é comum que as mulheres encontrem possibilidades de rendimento em atividades não agropecuárias, como professoras ou agentes de saúde, quando mais escolarizadas, e empregadas domésticas. Maria Rosa Lombardi resgata estudo realizado pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), que identificou grande participação dos serviços domésticos nas atividades não agrícolas da população economicamente ativa não agrícola residente nas áreas rurais (LOMBARDI, 2009, p. 136). Nelly Figueiredo e Camila Sakamoto confirmam a significativa presença dos serviços domésticos como ocupação não agrícola importante para residentes rurais, e ainda descrevem sua baixa formalidade e rendimentos (FIGUEIREDO; SAKAMOTO, 2010, p. 5). Carlos Alves do Nascimento relaciona a renda dos serviços domésticos como um fator determinante na permanência na terra e na realização de atividades agrícolas em determinados tipos de famílias extensas rurais (NASCIMENTO, 2004, p. 361).

Características do estabelecimento

A partir de solicitação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA, o IBGE disponibilizou informações quanto à associação a cooperativa ou entidade de classe para os estabelecimentos em que a mulher é responsável. Destes, 39% são associadas a entidade de classe e/ou cooperativa, enquanto 61% não são associadas. Considerando o conjunto dos estabelecimentos, 41% dos produtores são associados e 59% não o são, o que não implica uma diferença significativa.

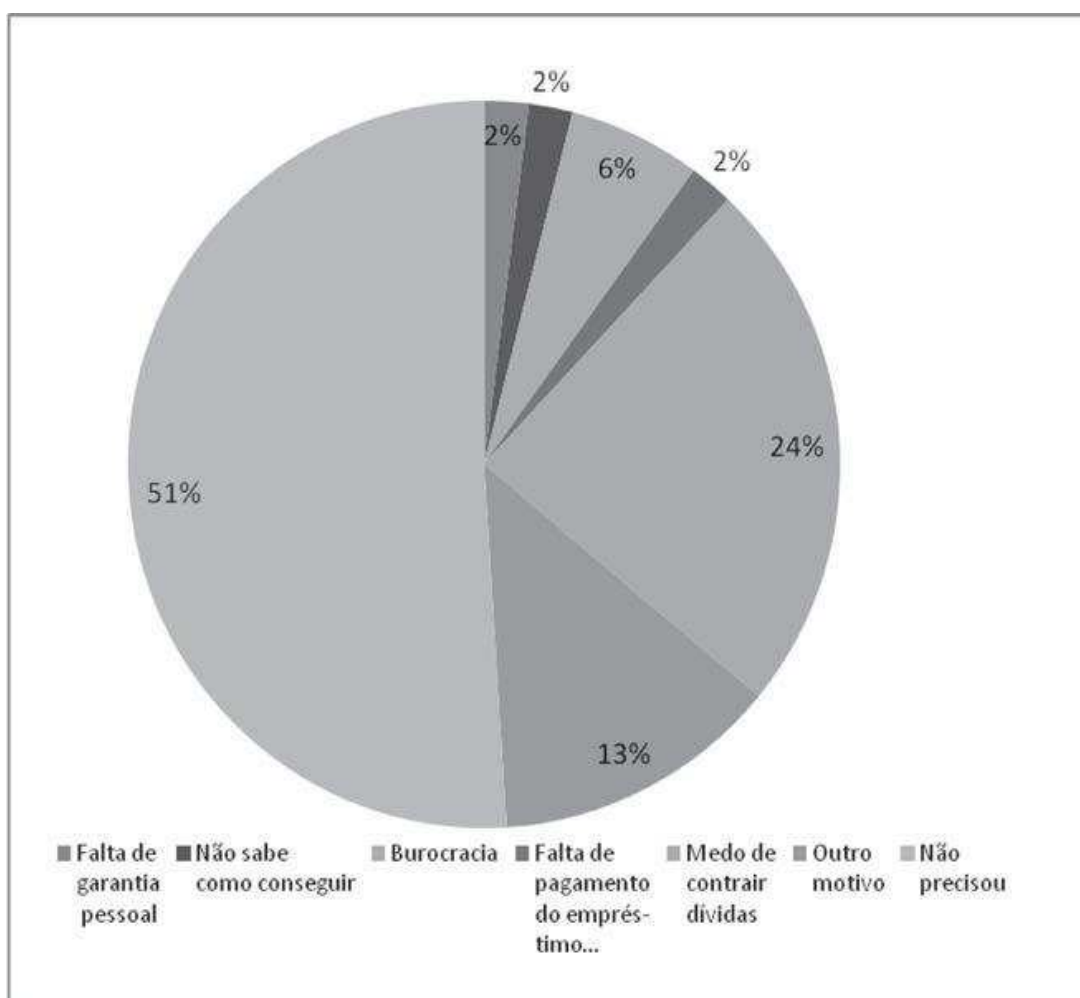
Dentre as produtoras que são associadas, 8% o são em cooperativa, 88% em entidade de classe e 4% em cooperativa e entidade de classe. No conjunto dos estabelecimentos, 16% dos produtores são associados a cooperativa, 74% a entidade de classe e 10% a cooperativa e entidade de classe. Essa distribuição revela que as cooperativas tendem a ser mais refratárias às mulheres, o que já foi verificado na origem da assistência técnica e será descrito na origem do financiamento, mais à frente. Cecília Bernardi, ao analisar 11 cooperativas que se organizam na Unicooper, central de cooperativas nas regiões Fronteira Noroeste e Missões, do Rio Grande do Sul, conclui que elas se assentam em uma rígida divisão sexual do trabalho, que invisibiliza o trabalho das mulheres e nega sua condição de agricultoras. O mecanismo de um voto por família, a naturalização da não participação das mulheres, sua dependência do marido e baixa mobilidade estão entre os fatores que explicam uma participação média de 18% de mulheres, sendo que em duas das cooperativas não há nenhuma mulher associada. A autora aponta os processos de transformação já em curso, como as ações de educação popular realizadas pelas ONGs locais (Arede e ASTRF), a demanda de alimentos produzidos pelas agricultoras pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a participação no movimento feminista (BERNARDI, 2011, p. 114 e 130).

Quanto à existência de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), apenas 0,7% dos estabelecimentos em que a mulher é responsável são inscritos. A proporção de total de estabelecimentos inscritos no CNPJ também é baixíssima, pouco acima de 1%. Isso não é um impedimento ao acesso de políticas públicas quando as produtoras podem acessá-las por meio de suas associações inscritas no CNPJ. No entanto, é reconhecido que as associações e grupos produtivos, em especial os formados por mulheres, têm alto grau de informalidade (FARIA, 2011, p. 46).

Financiamento

Considerando os 656.255 estabelecimentos em que a responsável é mulher, quase 88% não obtiveram financiamento. Considerando o conjunto dos estabelecimentos, 82% não obtiveram financiamento no ano-base. O principal motivo declarado foi a “falta de necessidade” (51,9%), seguido pelo “medo de contrair dívidas” (20,7%) e o empecilho da “burocracia” (8,4%) (IBGE, 2009b, p. 162). Como se observa no gráfico abaixo, as produtoras também apontam a falta de necessidade em 51% dos casos, mas é maior a proporção daquelas que acusam o medo de contrair dívidas (24%) e menor as que identificam a burocracia (6%).

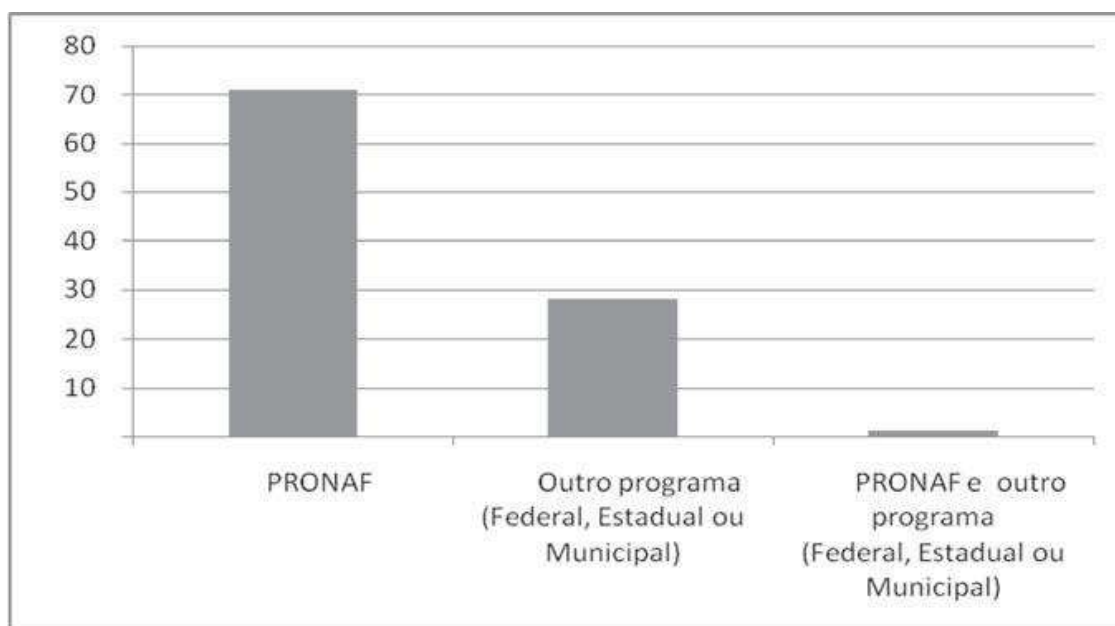
Gráfico 1 – Estabelecimentos com mulheres responsáveis que não obtiveram financiamento, pelo motivo da não obtenção – Brasil, 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Entre os 80.652 (12%) estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis que obtiveram financiamento, 76% (61.208 estabelecimentos) o foram de recursos provenientes de programas governamentais de crédito. A maioria dos estabelecimentos acessou recursos do Pronaf (43.654 estabelecimentos), o que representa 54% dos que obtiveram financiamento.

Gráfico 2 – Percentual dos estabelecimentos com mulheres responsáveis que receberam recursos de financiamento de programas governamentais – Brasil 2006



Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Quanto à finalidade, cerca de metade dos estabelecimentos que obtiveram financiamento (492.628 estabelecimentos, ou 50,02%) declararam ter como finalidade o custeio. A segunda finalidade mais declarada foi o investimento, com 40,15% (395.425 estabelecimentos).

A manutenção com o estabelecimento foi declarada por 8,75% dos que obtiveram financiamento (86.218 estabelecimentos) e 1,07% (10.554 estabelecimentos) declararam gastos com comercialização como finalidade (IBGE, 2009b, p. 165).

Segundo dados da tabulação especial feita pelo IBGE, dos estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis 41.115 obtiveram crédito para investimento, 29.234 para custeio,

1.233 para comercialização e 12.748 para manutenção do estabelecimento. Ou seja, no caso das produtoras, a finalidade mais presente é investimento, seguida de custeio, manutenção do estabelecimento e comercialização. Uma hipótese é que as mulheres buscam o financiamento quando querem iniciar uma atividade nova no estabelecimento, seja para aumentar as possibilidades de comercialização e remuneração, seja para integrar filhos e filhas na unidade produtiva.

As produtoras responsáveis por 74.893 estabelecimentos obtiveram financiamentos de bancos, e 3.554 de cooperativas de crédito, o que representa, respectivamente, 91,6% e 4,3% do total dos estabelecimentos administrados por mulheres, com relação ao agente financeiro responsável pelo financiamento. No conjunto dos estabelecimentos, a proporção é de 91% e 7% respectivamente. Isso demonstra que os bancos são a mais importante fonte de financiamento para produtoras e produtores indistintamente. O baixo acesso das mulheres às cooperativas de crédito indica que nessas cooperativas a participação das mulheres é pequena, como anteriormente relatado para as cooperativas de produção. A tabela abaixo demonstra o menor acesso das mulheres às fontes de financiamento privadas. As empresas integradoras, que são a terceira fonte de financiamento para os estabelecimentos, aparecem na quarta posição para as produtoras, e as ONGs são mais relevantes para as produtoras que os comerciantes de matérias-primas.

Tabela 9 – Estabelecimentos total e com mulheres responsáveis, por agente financeiro responsável pelo financiamento

Agente financeiro	Total	Mulheres
Bancos	837.058	74.893
Cooperativas de crédito	64.174	3.554
Comerciantes de matéria-prima	1.749	102
Fornecedores (insumos e/ou equipamentos)	10.874	407
Empresa integradora	18.624	710
Outras instituições financeiras (exceto bancos e cooperativas)	7.187	951
Organização Não Governamental (ONG)	870	107
Parentes ou amigos	5.986	501
Outro agente	5.352	579

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

As informações do Censo confirmam a análise apresentada pela FAO, a partir de estudos empíricos em vários países, de que os sistemas de crédito não são neutros quanto a gênero. A discriminação é institucionalizada nas operadoras de crédito, tanto públicas quanto privadas, que excluem as mulheres do sistema e emprestam valores menores para elas em relação aos homens realizando as mesmas atividades. Dentre 9 países considerados em desenvolvimento com informações disponíveis na Base de Dados RIGA, apenas em Gana e Panamá não havia diferença aparente entre o uso do crédito em domicílios chefiados por mulheres ou homens na área rural (FAO, 2011, p. 33).

A agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006

O *Censo Agropecuário 2006* adotou o conceito de “agricultura familiar”, conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O estabelecimento foi considerado de agricultura familiar quando simultaneamente respeitava o limite de área de quatro módulos fiscais (fração no caso de produtores comunitários), a direção era realizada pela família e a força de trabalho familiar era superior à contratada e a renda provinha principalmente das atividades do estabelecimento.

Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, que ocupavam 24,3% da área, empregando 74,4% do pessoal ocupado e produzindo boa parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, como 87% da mandioca e 70% do feijão. Segundo a Tabela 1.4 da publicação *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar*, os homens eram responsáveis por 3.767.340 estabelecimentos e as mulheres por 600.562, ou seja, quase 16% dos estabelecimentos da agricultura familiar.

Os estabelecimentos da agricultura familiar chefiados por mulheres representavam quase 92% do total de estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis. Por essa razão, não se espera encontrar diferenciações significativas em comparações entre

estabelecimentos administrados por mulheres na agricultura familiar e não familiar. As comparações entre estabelecimentos da agricultura familiar em que um homem é responsável e em que uma mulher é responsável, assim como em relação ao conjunto dos estabelecimentos da agricultura familiar, podem melhor informar a existência de desigualdades de gênero e contribuir para qualificar ações e políticas voltadas a fortalecer esse setor.

Este capítulo se inicia com a análise de informações disponíveis na publicação do *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar* e em seguida analisa a apresentação realizada por Vicente Marques sobre dados das mulheres ocupadas na agricultura familiar com laços de parentesco, por grupo de atividade econômica (MARQUES, 2010). Em continuação, analisam-se informações desagregadas por sexo em tabulações especiais realizadas pelo IBGE a partir de solicitação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA. Essas tabulações consideram um total de 656.255 estabelecimentos agropecuários chefiados por mulheres no Brasil, dentre os quais 600.482 são estabelecimentos da agricultura familiar. Neste primeiro momento foram solicitadas informações referentes à Assistência Técnica, ao Enquadramento no Pronaf, ao Financiamento e às atividades fora do estabelecimento.

Mulheres na agricultura familiar

As informações desagregadas por sexo publicadas no *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar* apresentam o número de estabelecimentos agrupados por anos na direção do responsável (IBGE, 2009a, p. 29). Quase 62% dos homens e mais de 65% das mulheres dirigiam o estabelecimento há mais de 10 anos, o que confirma uma tendência ao envelhecimento da população no campo e de maior migração das mulheres mais jovens, conforme Ana Maria Camarano e Ricardo Abramovay registraram para os anos 1990 (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 13).

Considerando as pessoas ocupadas na agricultura familiar, a maioria era de homens (dois terços), mas o número de mulheres ocupadas também era expressivo: 4,1 milhões de mulheres (um

terço dos ocupados). Em média, um estabelecimento familiar possuía 1,75 homem e 0,86 mulher ocupados, de 14 anos ou mais (IBGE, 2009a, p. 21).

Segundo dados compilados por Vicente Marques para a agricultura familiar, os mais de 600 mil estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis representam 13,8% do total, ocupam 9,3% da área e têm área média de 12,4 ha. Os estabelecimentos em que os homens são responsáveis têm área média de 19,3 ha (MARQUES, 2010). O autor também apresenta dados sobre as mulheres ocupadas com laços de parentesco. Esta é uma primeira aproximação para a visibilidade do trabalho realizado pelas esposas, filhas e mães nas atividades agropecuárias.

Tabela 10 – Mulheres ocupadas com laço de parentesco com quem dirige o estabelecimento, por grupo de atividade econômica

Grupos de atividade econômica	Mulheres na agricultura familiar %
Lavouras temporárias	35,5
Horticultura e floricultura	4,6
Produção de lavouras permanentes	9,6
Pecuária e criação de outros animais	43,3
Produção florestal: florestas nativas	5,3

Fonte: Vicente Marques, apresentação a partir de tabulações especiais do *Censo Agropecuário 2006*.

Não há diferença significativa na distribuição da força de trabalho por grupo de atividade econômica entre os dados gerais apresentados na Tabela 5 e aqueles relativos à agricultura familiar. Apenas chama a atenção a maior participação das mulheres na produção florestal de florestas nativas (3% no cômputo geral e 5,3% no caso da agricultura familiar). Dentre os grupos de atividade econômica presentes em estabelecimentos dirigidos por mulheres, segundo Vicente Marques, a produção em florestas nativas aparece em primeiro lugar, com quase 28% (MARQUES, 2010). As mulheres têm grande presença na atividade econômica do extrativismo e em muito vêm contribuindo para sua visibilidade política, como é notório o caso das quebradeiras de coco babaçu (BARBOSA, 2007, p. 13). Elas são maioria na coleta e no manejo

de plantas medicinais e aromáticas, na extração de óleos (babaçu, copaíba), além de participar de atividades extrativistas que mobilizam toda a família nos períodos de coleta, como látex, castanha-do-pará, açaí. Entre 2007 e 2008 o MDA e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) promoveram sete seminários regionais para construção do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Em três deles, sem que houvesse um ponto específico na agenda, houve demandas para que uma abordagem de gênero fosse considerada e, de forma mais imediata, que a noção de povos, comunidades e família incluísse as mulheres. Em 2010 o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia organizou o Encontro Nacional Mulheres, Agroecologia e Plantas Medicinais. As demandas das agricultoras, somadas à orientação da DPMR/MDA de desenvolver políticas para as mulheres no campo em sua diversidade, reflete-se, por exemplo, no Programa de Organização Produtiva de Mulheres (POPMP). Segundo dados da DPMR, entre 2007 e 2010 o Programa realizou 78 contratos com organizações para a realização de atividades como estudos, mapeamento de grupos, organização de feiras. Dentre estes, 41 projetos destinavam-se ao apoio direto a grupos produtivos e, destes, 7 atuavam com produtos extrativistas, atividade com maior participação, seguida de artesanato e produtos agroecológicos e orgânicos, ambos com 5 projetos (DPMR, 2011).

Assistência técnica

A história da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil remonta aos anos 1940 e está marcada pela difusão de um modelo tecnológico de industrialização da agricultura e reforço da divisão sexual do trabalho desconhecendo as mulheres como agricultoras, ou restringindo-as ao papel de mães com capacitações em economia doméstica. A hegemonia neoliberal de promoção do Estado mínimo nos anos 1990 desmantela os serviços públicos de ATER, em especial com a extinção pelo Governo Collor da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1990. Em 2003, o Governo Lula inicia o desafio de estabelecer uma política de ATER pública e universalizá-la, relacionando-a

a objetivos de eliminação da pobreza no campo, redução de desigualdades, inclusive de gênero, e melhoria da qualidade de vida desde uma nova postura epistemológica por meio de metodologias participativas e fortalecimento de práticas agroecológicas. Essas orientações se institucionalizam na Lei de ATER, sancionada em 2010, que institui a Política e o Programa Nacional de ATER já em operação desde 2003, e, mais recentemente, na I Conferência Nacional de ATER, realizada em abril de 2012 (MDA/CONDRAF/COMITÊ NACIONAL DE ATER, 2012, p. 8-10).

A Política Setorial de ATER operacionaliza-se por meio de quatro eixos estratégicos: capacitação de agentes e de agricultoras, integração com Programa de Organização Produtiva para as Mulheres, chamamentos públicos de ATER para mulheres, Rede Temática de ATER para Mulheres (WEITZMANN, 2011, p. 104).

Várias autoras também destacam que a matriz tecnológica e metodológica da agroecologia favorece o reconhecimento das mulheres como produtoras, seu conhecimento e suas propostas de manejo da produção (WEITZMAN, 2011, p. 94; CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 205).

Rodica Weitzman avalia de forma bastante positiva os avanços na política de ATER, mas reconhece que é ainda um desafio operacionalizar a transversalidade de gênero na atuação de organizações governamentais e não governamentais (WEITZMAN, 2011, p. 108).

Os dados do *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar* mostram uma pequena parte desse desafio, que é o acesso das produtoras, quando responsáveis por um estabelecimento, à assistência técnica. Conforme a tabulação especial para origem da assistência técnica, do total de estabelecimentos da agricultura familiar em que os responsáveis são homens, 22% receberam algum tipo de assistência técnica, enquanto dos estabelecimentos em que as responsáveis são mulheres apenas 11% receberam algum tipo de assistência. Para que estivessem no mesmo patamar dos estabelecimentos em que os responsáveis são homens, mais de 66.000 estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis deveriam ser contemplados.

A origem da orientação técnica recebida, segundo o IBGE, está assim organizada:

Governos federal, estadual ou municipal – quando prestada por técnicos de órgãos governamentais, como Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), Universidades, Secretarias de Agricultura, Empresas de Extensão Rural, como Emater, Empaer, Epagri, Casa da Agricultura, entre outras.

Própria ou do próprio produtor – quando prestada por técnico, pessoa física ou consultor, contratado pelo produtor, ou quando a pessoa que administra o estabelecimento, produtor ou administrador, possuir habilitação técnica ou formação profissional legalmente autorizada a prestar assistência às atividades desenvolvidas no estabelecimento.

Cooperativas – quando prestada por técnicos habilitados de cooperativas, desde que o produtor não tivesse contrato de integração com eles.

Empresas integradoras – quando prestada por técnicos habilitados de empresas com as quais o produtor tivesse contrato de integração.

Empresas privadas de planejamento – quando prestada por técnicos de empresas contratadas pelo produtor.

Organização não governamental – quando prestada por técnicos de organizações não governamentais (IBGE, 2009a, p. 47).

**Tabela 11 – Estabelecimentos por sexo do responsável,
segundo origem da assistência técnica**

Origem da Assistência Técnica	Est. Feminino	%	Est. masculino	%
Governos federal, estadual ou municipal	36.719	53,5	363.707	43,9
Própria ou do próprio produtor	11.633	17	114.109	13,8
Cooperativas	8.783	12,8	156.394	18,9
Empresas integradoras	6.146	8,9	124.834	15
Empresas privadas de planejamento	3.266	4,8	47.607	5,7
ONGs	597	0,9	4.716	0,6
Outros	1.487	2,1	17.600	2,1
Total	68.631	100	828.967	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A distribuição da origem da assistência técnica pelo sexo do responsável do estabelecimento mostra a maior importância relativa da assistência pública (governamental e ONGs) para os estabelecimentos em que a mulher é responsável, assim como seu menor acesso às cooperativas e empresas integradoras ou de planejamento.

Também chama a atenção a maior participação da assistência técnica própria. Uma possibilidade de explicação é a escolaridade da responsável. Considerando a informação para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários (não apenas agricultura familiar), em 46.114 deles a responsável tinha ensino médio ou 2º grau completo em curso técnico agrícola e 792 tinham nível superior em profissões da área (Engenharia Agrônômica, Veterinária, Zootecnista, Engenharia Florestal). Ambos representam 7% dos estabelecimentos em que a responsável é mulher. No caso dos estabelecimentos em que o homem é responsável representam menos de 2%.

Considerando o total dos estabelecimentos chefiados por mulheres (agricultura familiar e não familiar), 12,7% receberam orientação técnica, participação ligeiramente superior à dos estabelecimentos chefiados por mulheres na agricultura familiar. Os governos federal, estadual e municipal responderam por 49% do total da origem da orientação técnica, o que, comparado à participação de quase 54% para as agriculturas familiares, demonstra a focalização da assistência técnica pública na agricultura familiar (dados de tabulação especial do IBGE).

Em 2005 o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, com referência à ATER Setorial Mulheres, estabeleceu como meta desenvolver ações para um público de 40 mil mulheres. Este público é bastante próximo do número de estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis e que receberam orientação técnica governamental. Porém esta é apenas uma referência indicativa, já que as ações propostas também têm como público agricultoras que vivem e trabalham em estabelecimentos em que o produtor se declarou como principal responsável e que, portanto, aparece nos dados do Censo como estabelecimento em que o homem é responsável. Há então um desafio de escala, aumentar as ações dirigidas às mulheres. O Censo da Reforma Agrária de 1996, quando revelou o baixo acesso

das mulheres chefes de família à terra por processos de reforma agrária, estabeleceu um indicador da desigualdade das mulheres no acesso e no poder de decisão sobre a gestão da terra nos assentamentos. Da mesma forma, a desigualdade do acesso das mulheres responsáveis pelo estabelecimento à orientação técnica pode ser um indicador da desigualdade de acesso das mulheres produtoras em geral.

Há também que se reconhecer a importância da ATER governamental quanto à escala de seu atendimento e concentrar esforços em sua qualificação. Segundo dados do Censo Agropecuário 1995/1996 citados por Argileu Silva, pouco mais de 16% dos agricultores familiares tinham acesso à ATER (SILVA, [2010?], p. 1). O *Censo Agropecuário 2006* mostra um aumento para quase 21%, muito possivelmente pelo incremento da ação governamental. Desse modo, demonstra-se o valor das atividades de capacitação e articulação dos agentes públicos, assim como das organizações de agricultoras para que demandem de forma permanente, dos órgãos públicos, a operacionalização da ATER nos moldes definidos no Plano Nacional. As chamadas públicas específicas ganham sentido não somente pela ação realizada, mas pela capacidade de sistematizar conhecimento e metodologia e influenciar a estrutura governamental. Juntam-se a elas os investimentos diretos crescentes realizados pelo Governo Federal em convênios e contratos de repasse de recursos com entidades estatais e não governamentais (MDA/CONDRAF/COMITÊ NACIONAL DE ATER, 2012, p. 18).

Enquadramento no Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) visa apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir a segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, por meio de financiamento a agricultoras e agricultores, bem como a suas associações e cooperativas. O público do Pronaf são agricultores e agricultoras que exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário, utilizam mão de obra predominantemente familiar, detêm ou exploram estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais, têm pelo menos 30% da renda familiar proveniente da atividade

agropecuária, entre outros (SEBRAE; MDA/SAF, 2011, p. 8).

Em 2006 o Pronaf classificava seu público em cinco grupos. O grupo A era formado pelas unidades familiares assentadas da Reforma Agrária e do crédito fundiário. Os grupos de B a E, dividiam-se conforme a renda anual bruta do estabelecimento, que para a safra 2005/2006 era de: até R\$ 2 mil (grupo B), superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil (grupo C), superior a R\$ 14 mil e inferior a R\$ 40 mil (grupo D), entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil (grupo E) (SOF, 2006, p. 21).

Os dados abaixo representam o público potencial do Pronaf e como se dividem no enquadramento legal no universo da agricultura familiar; portanto, estes dados não dizem respeito ao acesso efetivo dos agricultores familiares aos créditos disponibilizados pelo programa.

Tabela 12 – Distribuição dos estabelecimentos por sexo do responsável segundo enquadramento no Pronaf

	Total	Mulheres	%	Homens	%
Não Pronafiano	283.341	28.643	10	254.698	90
Pronaf A	533.454	66.282	12	467.172	88
Pronaf B	2.416.127	425.201	18	1.990.926	82
Pronaf C	782.982	62.019	8	720.963	92
Pronaf D	287.464	15.302	5	272.162	95
Pronaf E	62.899	3.035	5	59.864	95
Total Est.	4.366.267	600.482	14	3.765.785	86

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A Tabela acima demonstra a maior participação relativa das produtoras no grupo B. Segundo tabulação especial do IBGE sobre dados do *Censo Agropecuário 2006*, 5% dos estabelecimentos em que a responsável é mulher não se enquadravam no Pronaf, 11% se enquadravam no grupo A, 71% no grupo B, 10% no grupo C, 2,5% no grupo D, e 0,5% no grupo E. Dos estabelecimentos em que o homem é responsável, 7% não se enquadravam no Pronaf, 12% se enquadravam no grupo A, 53% no grupo B, 19% no grupo C, 7% no grupo D, e 2% no grupo E.

Não é possível comparar o número de estabelecimentos que se enquadram no Pronaf com as operações efetivamente realizadas que são feitas por produtores individualmente, pois pode haver mais de uma operação por estabelecimento. No entanto é interessante notar que, na distribuição das operações realizadas pelas produtoras por grupo na safra 2004/2005, 37,6% enquadravam-se no grupo B e 36,7% no grupo C (MDA/NEAD, 2005, p. 25). Considerando o conjunto dos estabelecimentos da agricultura familiar, 55,3% se enquadram no Pronaf B e 17,9% no C. Portanto, mesmo que não seja possível uma comparação direta entre o enquadramento dos estabelecimentos e as operações realizadas, e que o maior número de operações realizadas pelas agricultoras seja no Pronaf B, é possível inferir que ainda há um grande potencial de expansão neste segmento. No Plano Safra 2005/2006 o Pronaf Mulher estendeu-se aos grupos A e B¹⁷, o que, em princípio, amplia as possibilidades de acesso ao crédito também para boa parte das produtoras responsáveis pelo estabelecimento.

Financiamento

O *Censo Agropecuário 2006* registrou mais de 3,5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar que não obtiveram financiamento, especialmente porque "não precisaram" ou por "medo de contrair dívidas" (IBGE, 2009a, p. 23).

Tabela 13 – Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, pelo motivo da não obtenção

Motivo	Mulheres	% do Total	Homens	% do Total
Falta de garantia pessoal	10.699	2	58.222	2
Não sabe como conseguir	8.531	2	47.668	2
Burocracia	33.006	6	268.033	9
Falta de pagamento anterior	11.659	2	105.155	3
Medo de contrair dívidas	130.918	25	652.678	21
Outro motivo	67.476	13	395.130	13
Não precisou	265.154	50	1.530.654	50
Total de estabelecimentos	527.443	100	3.057.540	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

¹⁷ Para um histórico do Pronaf Mulher, de sua criação como um sobreteto em 2003 a análises de seu impacto em 2009, ver Cintrão e Siliprandi (2011, p. 201-204).

A distribuição das razões para não obter financiamento é bastante semelhante entre produtoras e produtores, a metade deles afirmando não ter necessidade. Anita Brumer e Rosani Spanevello consideram que esta resposta pode indicar a existência de um financiamento obtido anteriormente e com os pagamentos em dia ou o fato de que grande parte dos estabelecimentos mantém uma agricultura de subsistência (BRUMER; SPANEVELLO, 2011, p. 122). Entre outros fatores, o medo de contrair dívidas é maior entre as produtoras e a burocracia é menos destacada por elas.

Em 2005 o MDA promoveu as Cirandas do Pronaf, atividades de capacitação, discussão e construção de compromissos coletivos entre representantes de movimentos de trabalhadoras rurais, extensionistas, agentes financeiros, gestores governamentais e ONGs. Durante as oficinas regionais, grupos por estado identificaram os principais entraves no acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), na elaboração de projetos de crédito e no acesso a financiamento. Os entraves identificados recobriam enorme complexidade: do machismo na família e nas organizações sociais ao tecnicismo e viés de classe de agentes públicos. Dentre os 26 estados participantes, apenas os grupos de Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Norte e Santa Catarina identificaram o medo de endividamento como um entrave. São Paulo qualifica como o medo que sentem as mulheres, e Santa Catarina o relata como o medo que sente a família (MDA/NEAD, 2005). Buscando soluções a curto e médio prazo, os participantes das Cirandas concentraram-se nas falhas de funcionamento do sistema de crédito, o que por si só já é um motivo de medo para as produtoras.

Quando se articulam as dimensões da família, comunidade, mercado e Estado, como propõe a economista indiana Bina Agarwal, é possível compreender as motivações das mulheres por trás da expressão “medo do endividamento” (AGARWAL, 1997, p. 1-51). Por exemplo, Elisabeth Hofmann e Kamala Marius-Gnanou, ao analisar as políticas de microcrédito, relatam que o sacrifício realizado para reembolsar o crédito não é considerado nas avaliações positivas sobre altas taxas de reembolso pelas mulheres. A pressão pelo pagamento do crédito cria muitas vezes tensões na família, chegando mesmo a situações de violência doméstica (HOFMANN; MARIUS-GNANOU, 2003, p. 230). Outra

preocupação relatada pelas agricultoras é o fato de não terem bens ou animais de que possam dispor para honrar o crédito assumido caso tenham necessidade. Do ponto de vista dos agentes financeiros, esse temor se traduz como falta de garantias (FAO, 2011, p. 33); enquanto para os movimentos das agricultoras a análise da capacidade de pagamento deve-se basear na análise da viabilidade do projeto considerada em uma perspectiva ampla, o que inclui, por exemplo, o apoio aos quintais produtivos (hortaliças, pequenos animais) (CONTAG, 2011, p. 19 e 20).

Segundo o *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar*, 781 mil estabelecimentos familiares praticaram a captação de recursos, sendo o custeio a principal finalidade (405 mil), seguido do investimento (344 mil estabelecimentos), da manutenção do estabelecimento (74 mil estabelecimentos) e da comercialização (8 mil estabelecimentos) (IBGE, 2009a, p. 23).

Dos estabelecimentos que obtiveram financiamento 708 mil tinham homens como responsáveis (90,6%) e 73 mil, mulheres (9,4%).

Tabela 14 – Estabelecimento por sexo do responsável e por finalidade do financiamento obtido

Finalidade	Mulheres	Homens
Investimento	37.762	306.105
Custeio	25.394	380.332
Comercialização	1.094	7.194
Manutenção do estabelecimento	11.709	62.096

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

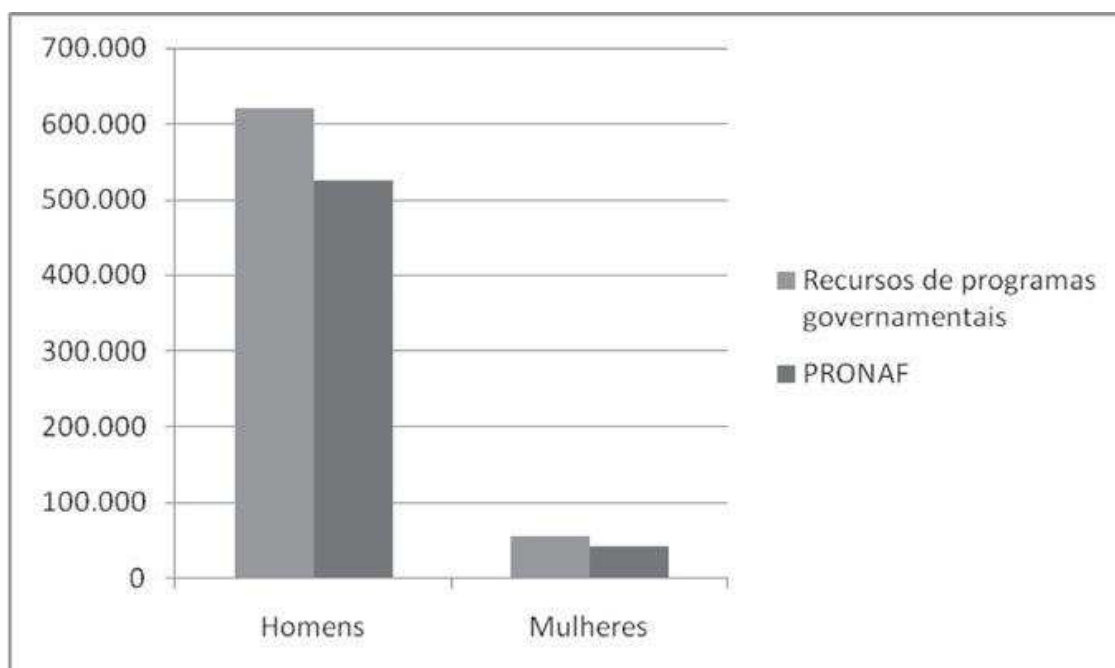
Os estabelecimentos femininos representaram 11% do total dos estabelecimentos que obtiveram crédito para investimento, 6% para custeio, 13% para comercialização e 16% para manutenção do estabelecimento.

Enquanto para os homens o maior número de contratos se referiu aos créditos para custeio, no caso das mulheres se referiu ao crédito para investimento. O acesso das mulheres a créditos de investimento pelo Pronaf Mulher não explica o peso

dessa modalidade para elas. Na safra 2005/2006 foram realizados 8.882 contratos de financiamento pelo Pronaf Mulher, o que representou 0,5% das operações de crédito rural realizadas. Nessa safra o número de operações realizadas pelas mulheres chegou a 25% do total, patamar que se manteve nas safras seguintes (BRUMER; SPANEVELLO, 2011, p. 132; DPMR, 2011, planilha Pronaf). A hipótese anteriormente comentada é de que as mulheres buscam o crédito para o investimento em novas atividades, o que revela um perfil das mulheres como tomadoras de crédito relacionado a dinâmicas de reprodução da agricultura familiar. Carmen Hernández, ao estudar a experiência de produtoras de leite com o crédito rural em um município do Rio Grande do Sul, identificou uma demanda das agroindústrias pela intensificação da produção e por critérios de qualidade mais estritos, que implicava investimentos em reforma das instalações e compra de equipamentos (HERNÁNDEZ, 2010, p. 109-111).

O gráfico abaixo mostra a importância do Pronaf dentre os programas governamentais de crédito tanto para produtores como produtoras.

Gráfico 3 – Estabelecimentos que receberam recursos de financiamento de programas governamentais, por sexo dos responsáveis – Brasil 2006



Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A tabela abaixo apresenta o valor financiado por agente financeiro responsável. O item “outros agentes” inclui comerciantes de matéria-prima, fornecedores de máquinas e equipamentos e outras instituições (exceto bancos e cooperativas).

A distribuição dos valores financiados mostra a mesma tendência verificada na ATER, de maior desigualdade em relação às mulheres quando se trata de agentes privados (outras agentes e empresas integradoras), mas também de cooperativas. Os estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis receberam 5,4% dos recursos financiados pelos bancos e 3,9% dos financiados pelas cooperativas, uma proporção muito inferior à sua participação no número de estabelecimentos, que é da ordem de 14%. Interessante notar que elas receberam 5,5% do volume de recursos emprestado por familiares. Embora se reconheça a importância para as produtoras de transações fora do mercado, como empréstimos sem juros feito por familiares, não necessariamente as relações familiares ou comunitárias estão isentas de preconceitos (AGARWAL, 1997, p. 10). No caso dos financiamentos realizados por ONGs, a situação é um pouco melhor, com as mulheres acedendo a quase 8% do valor financiado. Este fato pode também indicar o impacto de políticas governamentais, como o chamamento público de projetos específicos de ATER para mulheres, que poderiam estar combinados a projetos de microcrédito.

Tabela 15 – Valor dos financiamentos obtidos, por agente financeiro responsável pelo financiamento e pelo sexo do responsável pelo estabelecimento

Agente financeiro responsável	Mulheres	%	Homens	%
Bancos	243.620.941	87,60	4.272.377.903	84,67
Cooperativas	14.209.231	5,11	354.526.931	7,03
Empresas integradoras	12.312.472	4,43	273.823.801	5,43
ONGs	232.955	0,08	2.730.956	0,06
Parentes	1.171.750	0,42	20.174.871	0,39
Outros agentes	6.562.385	2,36	122.341.612	2,42
Total	278.109.734	100	5.045.976.074	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

Atividade fora do estabelecimento

Segundo as tabulações especiais feitas pelo IBGE para a agricultura familiar, 26% dos produtores responsáveis pelo estabelecimento declararam realizar outra atividade remunerada fora dele; 14% do total dos produtores realizaram atividades agropecuárias e 13% não agropecuárias. No caso das produtoras, 19% realizaram atividades fora do estabelecimento, quase 8% delas em atividades agropecuárias e quase 12% em atividades não agropecuárias.

Em quase 19% dos estabelecimentos dirigidos por homens, outros membros da família realizaram atividades fora do estabelecimento; pouco mais de 7% deles o realizaram em atividades agropecuárias e 12% em atividades não agropecuárias. Nos estabelecimentos dirigidos por mulheres, outros membros da família realizaram atividades fora em quase 25% deles; 12% do total em atividades agropecuárias e 15% em não agropecuárias.

Essas informações não nos permitem responder à hipótese de que a pluriatividade no Brasil se conjuga no feminino. O que é possível perceber é que enquanto os produtores responsáveis declararam maior atividade fora do estabelecimento que outros membros da família, no caso das produtoras esta realidade se inverte. Além do mais, as produtoras realizam mais atividades não agropecuárias, confirmando a importância dos serviços domésticos para elas como comentado nas p. 74-75.

Estabelecimentos classificados pelo sexo da força de trabalho

Uma das limitações do *Censo Agropecuário* está na percepção do trabalho realizado pelas agricultoras que não são responsáveis pelo estabelecimento, como as esposas e filhas. O *Censo Agropecuário 2006* não considerou a categoria subexploração, como proposta pelo Censo Agropecuário Mundial, portanto teríamos que buscar outras possibilidades. Uma subexploração é uma atividade agrícola individual ou de grupo, administrada por uma pessoa particular ou grupo de pessoas no estabelecimento, que pode compreender parcelas de área ou

mesmo a criação de animais sem área (FAO, 2007, p. 24). Esta categoria tende a funcionar melhor em regiões onde o trabalho familiar tradicionalmente se organiza com áreas de produção separadas para mulheres e homens, como em boa parte da África Subsaariana (FAO, 2011, p. 24).

Buscamos então uma variável que permitisse captar tendências gerais por sexo do conjunto da força de trabalho e não apenas para as/os responsáveis pelo estabelecimento¹⁸.

Definimos uma variável derivada para os estabelecimentos com mão de obra familiar majoritariamente feminina, com mão de obra sem diferenciação significativa, e com mão de obra familiar majoritariamente masculina, assim descrita:

- A) Estabelecimento feminino – aquele cuja força de trabalho de mulheres de 14 anos ou mais é igual ou maior que 2/3 do total da força de trabalho dessa faixa etária.
- B) Estabelecimento misto – aquele cuja força de trabalho de mulheres de 14 anos ou mais é menor que 2/3 e igual ou maior que 1/3 do total da força de trabalho dessa faixa etária.
- C) Estabelecimento masculino – aquele cuja força de trabalho de mulheres de 14 anos ou mais é menor que 1/3 do total da força de trabalho dessa faixa etária.

A distribuição encontrada foi:

Tabela 16 – Distribuição dos estabelecimentos segundo o sexo da mão de obra

Classes	Estab. Total	%
Feminino	455.171	9
Misto	1.764.186	34
Masculino	2.956.279	57
Total	5.175.636	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

¹⁸ A proposta dessa variável foi formulada conjuntamente pela autora, Andrea Butto, diretora da DPMR/MDA, e por Mauro del Grossi, assessor do MDA.

O IBGE considerou para o cálculo dessa variável o universo total dos estabelecimentos do Censo e não apenas aqueles da agricultura familiar. A presença de significativa porcentagem de estabelecimentos com força de trabalho majoritariamente masculina deve ser analisada considerando ao menos dois fatores: a invisibilidade e consequente subnotificação do trabalho feminino e a maior população masculina na área rural.

Identificamos no conjunto de variáveis disponíveis no Censo aquelas que nos permitem comparar esta variável (estabelecimento masculino, feminino e misto) com análises qualitativas da agricultura, em especial da agricultura familiar, como é o caso da divisão sexual do trabalho, de modo a perceber seu potencial de explicação da realidade, seja por confirmar ou ir além das análises empíricas.

A divisão sexual do trabalho, segundo Danièle Kergoat, tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (o trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher) (KERGOAT, 2009, p. 67). O trabalho dos homens é associado ao produtivo (agricultura e pecuária para o mercado) e o trabalho das mulheres ao reprodutivo (quintal e consumo familiar). A divisão sexual do trabalho é o que está em jogo nas relações sociais de gênero que recobrem representações e práticas que variam ao longo da história, mas permanecem duais. Por exemplo, a associação dos homens e do masculino à cultura e das mulheres e do feminino à natureza. O trabalho dos homens é associado ao uso intensivo de tecnologias, seja por estar regido por lógicas de intensificação da produção, de eficácia e eficiência, seja por ter maior poder na família para decidir sobre investimentos.

A partir das tabulações especiais realizadas pelo IBGE, faremos uma primeira aproximação sobre a divisão sexual do trabalho no universo dos estabelecimentos do *Censo Agropecuário*, relacionando a maior participação da força de trabalho feminina ou masculina a produtos. Não é possível, com os dados disponíveis, perceber a divisão de trabalho por sexo dentro de uma mesma atividade agropecuária.

Atividades agropecuárias

Os estabelecimentos femininos, mistos e masculinos foram considerados por sua participação na produção para consumo e venda de produtos de horticultura, leite de cabra e extração vegetal.

A fim de perceber uma possível concentração em determinadas atividades, consideraram-se aquelas atividades em que o número de estabelecimentos que as realizam era superior à distribuição percentual desse tipo de estabelecimento no total, ou seja, superior a 9% no caso dos estabelecimentos femininos; superior a 34% nos estabelecimentos mistos; e superior a 57% nos estabelecimentos masculinos.

Em uma lista de 154 produtos, os estabelecimentos femininos têm participação maior do que 9% em 61 produtos, como leite de cabra; fumo em folha seca; plantas medicinais, como camomila e hortelã; tubérculos, como batata-inglesa, mandioca, batata-doce; sementes para feijão, milho e batata-inglesa; leguminosas, como amendoim e feijão; temperos, como manjeriço, cebolinha e salsa; hortaliças, como couve, maxixe, rabanete, repolho, rúcula; bem como na produção de lenha e na extração de pequi, andiroba (semente), babaçu, na forma de amêndoa e coco. No caso do babaçu na forma de amêndoa, os estabelecimentos femininos são mais de 25% daqueles que o produzem.

Os estabelecimentos mistos têm participação maior do que 34% em 129 produtos do total de 154 produtos listados, o que mostra uma grande diversificação na produção.

Os estabelecimentos masculinos têm participação maior do que 57% em 27 produtos da lista de 154 produtos, o que demonstra uma menor diversificação. Entre estes estão cana-de-açúcar, mamona, soja em grão e forrageiras para corte.

Na produção de frangos de corte os estabelecimentos mistos têm, proporcionalmente à sua distribuição, maior participação, com 40% do total; os femininos respondem por 8% e os masculinos, 52%. Na produção de ovos, os estabelecimentos femininos são 6% do total; os mistos, 32%, e os masculinos, 62%. A maior participação dos estabelecimentos masculinos pode estar

relacionada ao modelo tecnológico do complexo agroindustrial avícola brasileiro, altamente mecanizado e com processos de trabalho submetidos a controle estrito pela integração vertical (SORJ; POMPERMAYER; CONRADINI, 2008, p. 52 e 53).

Essa distribuição indica maior diversificação nos estabelecimentos mistos, seguidos pelos femininos, e maior concentração nos masculinos. Pode se inferir por esses dados que a combinação de diferentes atividades agropecuárias favorece a permanência ativa das mulheres na unidade de produção. Nilce Panzutti descreve o processo de mecanização e intensificação da produção de algodão no interior de São Paulo como um processo simultâneo de expulsão das mulheres (PANZUTTI, 1992). Julianna Malerba apresenta a expansão do monocultivo da soja como um possível fator de expulsão das mulheres não só da atividade agrícola, mas também das comunidades rurais, na medida em que a impossibilidade de associação com outros cultivos implica a perda de espaço produtivo, devido à prática do uso intensivo de agrotóxicos, e a perda de sociabilidade (MALERBA, [2007], p. 41).

Também indica a maior relação entre mulheres agricultoras e diversidade da produção. As análises que descreviam o roçado como lugar do homem e a casa como lugar das mulheres consideravam como parte da casa o pátio onde se criam pequenos animais, como aves, cabras e porcos, e as mulheres presentes nas feiras vendendo verduras, frutas e condimentos (HEREDIA; GARCIA; GARCIA JR., 1984, p. 31 e 40). A mobilização das mulheres agricultoras pelo reconhecimento de sua profissão e a valorização das práticas agroecológicas contribuíram para dar novo sentido às atividades realizadas por elas e à diversificação. Autores que utilizam o método Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários ressaltam que o quintal é responsabilidade das mulheres e tem-se apresentado em muitos estudos como o subsistema mais eficiente, gerando renda mais elevada por unidade de área e de trabalho, garantindo o abastecimento familiar das famílias de agricultores e a reposição dos nutrientes do solo pelo aproveitamento de resíduos (MACHADO; SCHEFLER; COUTO, [2006?], p. 6). Como tendência, Maria José Carneiro aponta a diversificação de atividades como uma estratégia para responder a uma mudança de papéis desempenhados pelas mulheres na estrutura familiar (CARNEIRO, 2006, p. 9).

Outra informação importante é o fato de quase 4% dos estabelecimentos femininos declararem produzir babaçu amêndoa, e responderem por 25% da sua produção. A região ecológica do babaçu distribui-se pelos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Nas famílias da região, os homens se ocupam da agricultura, ou muitos migram para o trabalho na agricultura sazonal no Sudeste, e as mulheres, além do trabalho no quintal, coletam e quebram o coco babaçu. Elas andam longas distâncias até os babaçuais, coletam o coco, trazem-no para casa, carregando volumosos sacos na cabeça ou pagando frete, e quebram o coco em casa. O coco é mantido sobre o fio do machado preso nas pernas da quebradeira, que bate com um porrete várias vezes até quebrá-lo. O Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, que se constituiu nos anos 1990, não só resgata as mulheres da invisibilidade como demarca uma pauta de defesa dos babaçuais como territórios livres. Nos anos 2000 inúmeros estudos registram a história do movimento, a organização do trabalho e a identidade feminina associada a ele (PORRO, 2002; FIGUEIREDO, 2005; BARBOSA, 2007).

Comercialização e autoconsumo

Considerando 25 produtos selecionados, os estabelecimentos masculinos venderam, proporcionalmente ao que produziram, mais do que os demais estabelecimentos em 22 deles. No caso de erva-mate, fumo em folha seca e tomate estaqueado, os três tipos de estabelecimento (feminino, misto e masculino) venderam 99% do que produziram. Esses três produtos têm características diferentes de produção e comercialização. O fumo e o tomate estaqueado costumam ser produzidos em toda a área do estabelecimento utilizando tecnologias intensivas em insumos externos, em particular agrotóxicos, e força de trabalho em determinados momentos, enquanto a erva-mate tem sido recuperada de forma integrada a sistemas agroflorestais. A produção de erva-mate e fumo concentra-se na Região Sul do Brasil. Enquanto o fumo é integrado a um complexo agroindustrial controlado por poucas empresas transnacionais, a erva-mate é comercializada em grande parte para empresas ervateiras, muitas delas pequenas. A venda de chás prontos para consumo tem crescido e se concentrado em empresas transnacionais, mas ainda

representam pequena parte da produção comercializada. O tomate estaqueado, em sua maioria, é vendido para atravessadores que o comercializam em centros de abastecimento, e uma pequena parte em venda direta para supermercados, sacolões e mercado institucional. A quantidade produzida pelos estabelecimentos femininos foi de quase 10% do total no caso do fumo e de pouco mais de 2% do total no caso do tomate estaqueado. O número de estabelecimentos femininos representou 10% e 7% do total de estabelecimentos que produziram fumo e tomate estaqueado, respectivamente.

O único produto em que os estabelecimentos masculinos comercializaram porcentagem de sua produção inferior aos estabelecimentos femininos foi amêndoa de babaçu. O número de estabelecimentos femininos representou 26% do total de estabelecimentos que venderam sua produção, e a produção desses estabelecimentos equivale a quase 38% da produção total.

Os produtos que proporcionalmente ao total têm menor comercialização são lenha (16%), babaçu coco (25%), feijão-verde (53%), mandioca (54%) e leite de cabra (55%). Os estabelecimentos femininos respondem por 10% do número de estabelecimentos e 8% da produção de lenha, 6% da produção de feijão-verde, 7% da produção de mandioca e 7% da produção de leite de cabra. O padrão difere no caso do coco babaçu, onde são 21% dos estabelecimentos e respondem por 61% da produção.

Considerando a quantidade produzida por estabelecimento, os femininos não estão sobrerrepresentados nos produtos em que parte significativa é usada para autoconsumo. A menor produção pode decorrer do fato de os estabelecimentos femininos terem áreas menores que os demais. No entanto, estudos empíricos demonstram que as mulheres, mesmo dispondo de áreas menores, conseguem cultivar porcentagens menores do que os homens por limitações de tempo (responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidado, famílias menores e mais dependentes) e por acesso desigual à alimentação, que resulta em maior deficiência crônica de energia (FAO, 2011, p. 27).

A exceção ocorre no caso do babaçu na forma amêndoa e coco, o que é mais uma evidência da coleta e beneficiamento

como uma atividade feminina. As áreas restritas de que dispõem as comunidades são ampliadas pela resistência permanente das quebradeiras ao coletar o coco em áreas consideradas privadas, o que se expressa em sua demanda pela preservação e livre acesso aos babaçuais. A ação das quebradeiras de coco organizou um mercado de compra para o produto, inclusive com a determinação de um preço mínimo. Esse fato, que se soma à disputa pelo território onde estão os babaçuais com grandes projetos, trouxe novos desafios, como a atuação dos proprietários de terra contratando trabalhadores para a coleta e a prática de roubo do coco já coletado e juntado pelas quebradeiras (MIQCB, 2005, p.10).

No entanto, percebe-se uma maior diferenciação entre os estabelecimentos, quanto à porcentagem da produção comercializada, nos produtos em que o autoconsumo é significativo. A menor comercialização dos estabelecimentos femininos pode indicar maior preocupação das mulheres com a segurança alimentar das famílias. Embora não seja possível explicar todo o potencial de rendimento monetário de um estabelecimento por um só produto, há que se considerar o impacto da prevalência do autoconsumo para a autonomia econômica das mulheres. Mesmo autoras que valorizam a contribuição econômica das mulheres mediante seu trabalho e disponibilidade permanente para o cuidado reconhecem que os rendimentos monetários são absolutamente necessários em nossa sociedade para o acesso a recursos vitais (CARRASCO, 2012, p. 81). São importantes as alternativas de comercialização que são compatíveis e mesmo favorecem a diversificação e as práticas agroecológicas. Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão apontam que as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de compra direta com doação simultânea, ao trabalharem com uma extensa gama de produtos, “criam um mercado institucional com preços justos, para os produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao ‘autoconsumo’, à ‘subsistência’ e ao ‘quintal’” (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 168).

Tabela 17 – Produção vendida em relação à produção total, por tipo de estabelecimento em produtos selecionados

PRODUTOS	Total %	Fem. %	Misto %	Masc. %
Leite de cabra	55	42	47	60
Amendoim em casca	88	67	77	91
Batata-inglesa	95	80	91	96
Feijão-preto em grão	74	69	65	77
Soja em grão	98	96	97	98
Tomate rasteiro (industrial)	98	98	95	99
Camomila	89	71	95	85
Couve	98	96	97	98
Babaçu (amêndoa)	91	95	91	83
Erva-mate	99	99	99	99
Lenha	16	9	10	21
Abóbora, moranga, jerimum	82	58	59	89
Algodão herbáceo	77	97	28	84
Arroz em casca	78	55	57	83
Feijão de cor (feijão-preto) grão	73	54	59	78
Feijão-verde	53	40	46	58
Mandioca (aipim, macaxeira)	54	49	47	59
Milho em grão	71	45	54	77
Sementes de batata-inglesa	38	7	13	41
Boldo	48	10	18	68
Babaçu (coco)	25	14	18	67
Cana-de-açúcar	95	92	92	95
Mamona	97	95	95	97
Fumo em folha seca	99	99	99	99
Tomate (estaqueado)	99	99	99	99

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

Utilização de tração animal e mecânica

O senso comum associa aos homens o trabalho com as máquinas. Nos relatos das agricultoras muitas vezes o trator é usado por elas apenas como meio de transporte e não como um instrumento para reduzir a penosidade do trabalho (SILIPRANDI,

1998, p. 35 e 36). Além do mais, as mulheres rurais em geral têm menos acesso a bens, como animais e maquinários, do que os homens (DOSS; GROWN; DEERE, 2011, p. 3). Considerando informações coletadas em Equador, Guatemala, Nicarágua e Panamá, os domicílios chefiados por mulheres possuíam menos da metade de equipamentos mecânicos do que aqueles chefiados por homens (FAO, 2011, p. 36).

A tabela a seguir mostra uma distribuição dos estabelecimentos feminino, misto e masculino na utilização de tração animal e mecânica bastante próxima da distribuição desses estabelecimentos em relação ao total. A menor proporção dos estabelecimentos femininos na utilização somente de tração animal ou mecânica, no entanto, pode estar refletindo o menor acesso das mulheres a esses implementos.

Tabela 18 – Estabelecimento pelo sexo da força de trabalho, segundo utilização de tração animal e/ou mecânica

	Total	Feminino	%	Misto	%	Masculino	%
Utiliza tração animal e mecânica	984.675	85.294	9	392.136	40	507.245	51
Utiliza tração animal	2.843.037	210.722	7	988.065	35	1.644.250	58
Utiliza tração mecânica	1.864.745	142.438	7	682.248	37	1.040.059	56

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

Enquadramento no Pronafe no PAA-Leite

As informações disponibilizadas pelo *Censo Agropecuário* que permitem avaliar o acesso das e dos agricultores familiares ao crédito rural como política pública foram analisadas anteriormente. Os dados de público potencial dos programas de crédito do Pronafe e de comercialização do PAA disponibilizados pela tabulação especial foram analisados de modo a verificar as possibilidades que a variável proposta (estabelecimentos feminino, misto e masculino) apresenta para demonstrar a divisão sexual do trabalho e a contribuição econômica das mulheres na agropecuária.

**Tabela 19 – Estabelecimentos por sexo da força de trabalho,
segundo enquadramento no Pronaf**

	Feminino	%	Misto	%	Masculino	%
Não Pronafiano	55.007	12	279.501	16	758.202	26
Pronaf A	40.951	9	203.669	12	288.834	10
Pronaf B	273.879	60	848.480	48	1.293.768	44
Pronaf C	60.199	13	301.734	17	421.049	14
Pronaf D	21.411	5	109.487	6	156.566	5
Pronaf E	3.724	1	21.315	1	37.860	1
Total	455.171	100	1.764.186	100	2.956.279	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A tabela acima demonstra que os estabelecimentos femininos são em sua maioria público potencial do Pronaf. Dentre os estabelecimentos que não se enquadram no Pronaf, 5% têm força de trabalho majoritariamente feminina, 26% são mistos e 69% têm força de trabalho majoritariamente masculina. Ainda que todos os estabelecimentos tenham maior participação potencial no grupo B, a participação dos estabelecimentos femininos é bastante elevada. Portanto, a renda anual bruta dos estabelecimentos com força de trabalho majoritariamente feminina é inferior aos demais, o que indica formas de discriminação em relação às mulheres presentes na sociedade como um todo e não apenas no interior da família. Embora as tabulações aqui referidas considerem o conjunto dos estabelecimentos, não apenas aqueles da agricultura familiar, o padrão de distribuição é semelhante ao verificado para os estabelecimentos da agricultura familiar conforme sexo do responsável do estabelecimento, como descrito na página 88. Assim, demonstra-se que as variáveis analisadas por sexo do responsável podem indicar uma caracterização mais ampla das mulheres na agropecuária, não apenas aquelas na condição de chefes.

O público potencial do PAA-Leite permite-nos verificar as análises empíricas de que a atividade leiteira na região de atuação do Programa é essencialmente masculina (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 170). O Programa é voltado apenas para a região administrativa da Sudene, abrangendo os estados da Região Nordeste e o norte de Minas Gerais. O leite é comprado

individualmente de agricultores familiares com produção de até 100 litros por dia. Segundo as tabulações especiais do IBGE, o público potencial do Programa é de 984.675 estabelecimentos.

Tabela 20 – Estabelecimentos segundo o sexo da força de trabalho por enquadramento no PAA-Leite

	Total	Feminino	%	Misto	%	Masculino	%
PAA-Leite	984.675	85.294	8,7	392.136	39,8	507.245	51,5

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A participação dos estabelecimentos com força de trabalho majoritariamente feminina é quase a mesma que sua participação no número de estabelecimentos. No entanto, a participação dos estabelecimentos mistos é superior à sua participação no número total de estabelecimentos, quase 40% frente a 34%. É possível inferir uma participação das mulheres em partes do processo de produção do leite, mesmo que invisibilizada. Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão apontam que a literatura sobre a divisão do trabalho no leite é quase inexistente para o Nordeste, e consideram que a representação social e cultural do trabalho no leite como pertencente à esfera masculina pode explicar a não formalização da participação das mulheres nessa modalidade (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 170).

Principais questões e como seguir adiante

Informações sobre o conjunto dos estabelecimentos e daqueles da agricultura familiar do *Censo Agropecuário 2006*, bem como tabulações especiais realizadas pelo IBGE a pedido da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA, foram analisadas neste artigo comparando dados desagregados pelo sexo do responsável e sexo do pessoal ocupado com relação de parentesco.

Considerando o conjunto dos estabelecimentos, vale destacar a desigualdade no acesso das mulheres à terra. A área média das proprietárias equivale a 38% da área média dos

proprietários. A porcentagem de estabelecimentos de produtoras sem área é quase o dobro dos produtores na mesma condição.

A principal forma de obtenção da terra para os homens é pela compra de particulares, e para as mulheres, a herança. Sem desconsiderar os padrões familiares patriarcais que excluem as mulheres da herança em algumas regiões do país (CARNEIRO, 2001, p. 52), o que se percebe é que as regras de mercado são ainda mais excludentes.

Há um aumento da escolaridade feminina no campo, com os baixos índices concentrando-se nas mulheres mais idosas. O acesso universal à educação vem sendo considerado como um elemento-chave na redução da pobreza e das desigualdades. Marcelo Neri e equipe analisaram a combinação de três fatores na redução das desigualdades no Brasil nos anos 2000: educação, programas sociais e trabalho, a partir de dados da PNAD (população urbana e rural). No caso das mulheres, eles explicam o crescimento da renda fundamentalmente por seu esforço no mercado de trabalho: mais horas, maior ocupação, maior participação (NERI, 2011, p. 23). Portanto, se mantida a mesma realidade no meio rural, é necessário combinar medidas de acesso universal à educação com outras ações de fortalecimento da produção e comercialização. Há também que se notar que muito poucas mulheres responsáveis por estabelecimentos, com Ensino Médio ou Superior, são graduadas em profissões relativas a atividades agropecuárias.

Quanto às condições de moradia, destaca-se a quase universalização do acesso à energia elétrica, o que em princípio permite a utilização de equipamentos que reduzem a sobrecarga de trabalho das mulheres, como geladeiras. Esses equipamentos não são contabilizados pelo *Censo Agropecuário*, que se concentra naqueles que permitem a comunicação e o acesso à informação, como televisor com antena parabólica, rádio e computador com acesso à internet.

Os estabelecimentos da agricultura familiar em que as mulheres são responsáveis representavam quase 92% do total de estabelecimentos dirigidos pelas mulheres. Portanto, as conclusões acima relatadas podem também a ser consideradas como

referência para a agricultura familiar. Por exemplo, a área média dos estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres equivalia a 64% da área média daqueles dirigidos por homens.

Os produtores receberam algum tipo de assistência técnica em 22% dos estabelecimentos por eles dirigidos, enquanto apenas 11% dos estabelecimentos em que as responsáveis são mulheres receberam algum tipo de assistência. Para que estivessem no mesmo patamar dos estabelecimentos dirigidos pelos homens, mais de 66.000 estabelecimentos dirigidos por mulheres deveriam ser contemplados. Para as produtoras que dirigem o estabelecimento é maior a importância relativa da assistência pública (governamental e ONGs). Essas informações, mesmo que restritas às produtoras que dirigem o estabelecimento, podem ser um indicador das formas e da desigualdade de acesso das mulheres produtoras em geral à orientação técnica.

Quanto ao financiamento, metade das produtoras e produtores declararam não ter buscado acessá-lo por falta de necessidade. O segundo motivo para ambos foi o medo de contrair dívidas, porém mais citado pelas mulheres, chegando a $\frac{1}{4}$ das produtoras. É interessante relacionar essas informações com os diagnósticos realizados pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais, como, por exemplo, nas Cirandas do Pronaf. Além de ser pertinente o debate de por que esta razão é mais apontada pelas mulheres, há que seguir analisando que motivações recobrem o que é declarado, que não necessariamente são as mesmas dos homens.

Outros temas que merecem continuar a análise é o fato de as produtoras acessarem mais recursos para investimento e os produtores para custeio, além da desigualdade nos valores financiados para produtoras e produtores. Os estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis receberam 5,4% dos recursos financiados pelos bancos e 3,9% dos financiados pelas cooperativas, uma proporção muito inferior à sua participação no número de estabelecimentos, que é da ordem de 14%. As ONGs contribuem com menos de 1% dos montantes financiados, mas quanto ao montante total a situação é um pouco melhor para as mulheres, com elas acedendo a quase 8% do valor financiado.

Com o objetivo de captar tendências gerais por sexo do conjunto da força de trabalho e não apenas para as/os responsáveis pelo estabelecimento, foi proposta uma variável derivada para os estabelecimentos com mão de obra familiar majoritariamente feminina, com mão de obra sem diferenciação significativa, e com mão de obra familiar majoritariamente masculina. Com as informações relativas ao conjunto dos estabelecimentos, não apenas aqueles da agricultura familiar, foi encontrado 9% de estabelecimentos femininos, 34% de estabelecimentos mistos e 57% de estabelecimentos masculinos, o que é mais uma evidência de uma masculinização do campo brasileiro.

Foi analisada a produção realizada por esses estabelecimentos com uma lista de 154 produtos, sobretudo da produção agrícola e do extrativismo. Verificou-se maior diversificação dos estabelecimentos mistos, seguido dos femininos, e maior concentração dos masculinos em determinados produtos. As atividades realizadas por eles evidenciam o que já está descrito nas Tabelas 8 e 10 sobre as atividades relacionadas ao pessoal ocupado com laço de parentesco desagregado por sexo. Por exemplo, a significativa participação das mulheres na produção da amêndoa de coco babaçu, tendo os estabelecimentos femininos respondido por 25% dessa produção.

Na análise da produção comercializada em relação à produzida, verificou-se não haver diferença significativa entre os três tipos de estabelecimento no caso de produtos que são majoritariamente comercializados, como fumo ou tomate estaqueado. A maior diferenciação na porcentagem comercializada entre estabelecimento feminino e masculino dá-se naqueles produtos em que parte importante é para autoconsumo, como leite de cabra e mandioca, o que pode indicar maior preocupação das mulheres com a segurança alimentar da própria família, mas com a consequência de um menor rendimento próprio e autonomia econômica.

Os estabelecimentos femininos, assim como os estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres, são em sua maioria público potencial do Pronaf B. E contrariamente à análise dos contratos assinados no PAA-Leite, que mostram uma

baixa participação das mulheres, os estabelecimentos femininos são enquadráveis no programa na mesma proporção que têm no conjunto dos estabelecimentos.

Aprofundar a análise da distribuição dos estabelecimentos caracterizados pelo sexo da força de trabalho em relação às atividades agropecuárias requer a existência de análises empíricas com as quais se possam comparar os dados e formular hipóteses mais complexas. Com exceção dos estudos sobre as quebraadeiras de coco e a região ecológica dos babaçuais, existem poucos estudos que combinam abordagens sociológicas e econômicas por produtos, ainda menos aqueles que considerem os sujeitos envolvidos como mulheres e homens.

As informações do *Censo Agropecuário* recobrem o universo da agricultura familiar e das produtoras no país. Elas dizem mais sobre o público potencial das políticas de fomento à produção agropecuária e redução das desigualdades, como são as políticas de acesso à terra, à orientação técnica e ao financiamento. O alcance e impacto dessas políticas podem ser mais bem acompanhados pelos bancos de dados de gestão utilizados em várias análises aqui citadas, como o Sipra, dados de contratos do Pronaf e do PAA, informações do POPMR. Os dados do *Censo* informam para onde expandir essas políticas e contribuem na definição de metas e prioridades.

Os estudos sobre desigualdade de gênero no Brasil concentram-se nas análises das PNADs, que apesar de terem como unidade o domicílio coletam informações que são processadas individualmente, como renda, participação no mercado de trabalho e, mais recentemente, usos do tempo. As pesquisas de uso do tempo são, por excelência, úteis para demonstrar a desigualdade persistente na sobrecarga de trabalho das mulheres, seu menor tempo de lazer e as limitações em sua inserção no trabalho remunerado, devido à conciliação entre os tempos de cuidado da família e os tempos do trabalho mercantil (CARRASCO; DOMINGUÉZ, 2003, p. 151). As pesquisas de uso do tempo foram consideradas como prioridade para o sistema das Nações Unidas, a partir da Conferência de Beijing em 1995, desde então realizada por um número maior de países. No entanto, Valeria Esquivel considera que as pesquisas necessitam partir de

um objetivo político claro de redistribuição dos tempos de cuidado e de trabalho mercantil entre mulheres e homens e entre família, mercado e Estado para produzir informações que sejam úteis à elaboração de políticas públicas (ESQUIVEL, 2011, p. 215-238).

Carmen Diana Deere e outras autoras utilizam a posse da terra e de bens, como animais e implementos, como medida de empoderamento das mulheres (DOSS; GROWN; DEERE, 2011, p. 3 e 4). O *Censo Agropecuário* permite aceder a algumas dessas informações por responsável do estabelecimento. A situação das mulheres responsáveis pode ser um indicador da realidade mais ampla das produtoras. O Censo da Reforma Agrária de 1996 dispunha apenas do dado de beneficiárias mulheres chefes de família, que comparado à presença de mulheres chefes de família trabalhadoras rurais indicava uma discriminação em relação às mulheres. Esse dado foi utilizado como um alerta para a necessidade de políticas afirmativas em relação às mulheres nos processos de Reforma Agrária. Segundo dados do Sipra relatados por Andrea Butto e Karla Hora, a porcentagem de mulheres chefes de família quase dobrou entre 2003 e 2007, e a porcentagem de mulheres beneficiárias mais que dobrou no mesmo período (BUTTO; HORA, 2008, p. 30). Verificou-se, portanto, uma tendência comum ao incremento da participação, mesmo que maior no conjunto das mulheres.

O *Censo Agropecuário* é o retrato de uma realidade dada no tempo. A possibilidade de extrair informações que expliquem a situação das mulheres no campo e a elaboração de políticas para reverter as desigualdades é muito maior quando se observam tendências ao longo de um período. Por isso é necessário que se continue registrando o sexo do responsável do estabelecimento, bem como ampliar a divulgação de informações desagregadas por sexo no caso da agricultura familiar, incluindo as variáveis aqui analisadas a partir de tabulações especiais.

Outro desafio é ampliar as possibilidades de leitura da realidade das mulheres que não são responsáveis pelo estabelecimento. A variável proposta pela caracterização dos estabelecimentos em função da presença majoritária de um ou outro sexo entre o pessoal ocupado com laços de parentesco pode ser ainda

explorada. Por exemplo, sua relação com a realização de atividades fora do estabelecimento pelo responsável ou por membros da família pode permitir melhor visualização da pluriatividade e sua importância nas estratégias de agricultoras e agricultores e em diferentes regiões do país.

A proposta do Censo Agropecuário Mundial 2010, de recolher informações considerando subexplorações e subprodutores, permite melhor captar a divisão de responsabilidades na gestão familiar e o papel das mulheres no processo de tomada de decisões. Esse procedimento deve encontrar resistências, primeiro pelo aumento de trabalho que implica, e segundo porque fragmenta as unidades de produção, o que não necessariamente é a forma de organização do trabalho em muitas delas.

As informações disponibilizadas no *Censo Agropecuário* e aqui analisadas contribuem na composição de um sistema de indicadores a ser complementado por informações da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) e Bancos de Dados do MDA e de outros órgãos de governo. Cristina Carrasco define que o objetivo de um sistema de indicadores é condensar a informação contida nas estatísticas existentes para entender as principais características da sociedade e tendências de mudança. Deve ser de leitura rápida e permitir comparações temporais e/ou espaciais e contribuir para o planejamento e monitoramento de políticas públicas (CARRASCO, 2012, p. 35). Algumas informações do *Censo Agropecuário 2006* podem ser destacadas por sua força explicativa em relação a dados de outras fontes, como a PNAD ou Bancos de Dados específicos, pela possibilidade de comparações internacionais ou por relacionar-se diretamente com políticas públicas. São elas: as variáveis desagregadas por sexo do responsável pelo estabelecimento em relação à forma de obtenção da terra e em relação à agricultura familiar, além das informações relativas à orientação técnica e ao financiamento. No caso da variável “estabelecimentos por sexo da força de trabalho”, é possível destacar as informações de alguns produtos quanto à produção vendida em relação à produção total. Por exemplo, babaçu amêndoa e tomate estaqueado têm alta comercialização pelos estabelecimentos femininos; arroz em casca, feijão de cor e boldo têm baixa comercialização pelos estabelecimentos

femininos, sendo no caso do boldo a maior diferenciação entre estabelecimentos femininos e masculinos. Essas informações podem compor indicadores do acesso das agricultoras a condições de produção e comercialização, o que contribui para a avaliação da necessidade de políticas públicas dirigidas às agricultoras e dos resultados daquelas atualmente em curso.

Referências

AGARWAL, Bina. “Bargaining” and gender relations: within and beyond the household. *IAFFE: Feminist Economics*, Routledge, n. 3, v. 1, 1997.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal da Bahia, 2007.

BERNARDI, Cecília. *Agricultura familiar e organizações cooperativas: a luta social das agricultoras familiares camponesas*. Dissertação (Mestrado)–Unijuí, Ijuí, 2011.

BRUMER, Anita. *Agricultura familiar e gênero: proposta para análise dos dados do Censo Agropecuário 2006, referentes à agricultura familiar, numa perspectiva de gênero*. [2007]. Mimeografado.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para as mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea (Org.). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, *envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão n. 621).

CARNEIRO, Maria José. *Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira*. [S.l.]: Alasru, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 1, 2001.

CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

CARRASCO, Cristina; DOMINGUÉZ, Marius. Género y usos del tiempo: nuevos enfoques metodológicos. *Revista de Economía Crítica*, v. 1, 2003.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz de; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

CINTRÃO, Rosângela; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila. *O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia, ONU Mulheres, out. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Pautada Marcha das Margaridas 2011: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade*. Disponível em: <http://www.contag.org.br/arquivos/portal/file/Marcha_2011/PautaMarchaMargaridas2011.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2012.

DEERE, Carmen Diana. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 18, abr. 2002.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003.

DEERE, Carmen Dina; LEÓN, Magdalena. *Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo Editores y UM, Facultad de Ciencias Humanas, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo: DIEESE, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. Brasília: MDA, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Estatísticas do meio rural 2008*. Brasília: MDA, 2008.

DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Brasília: MDA, 2009.

DIAS, Marcelo Miná. *Relatório técnico da sistematização e análise de dados sobre o perfil das mulheres e homens que acessam a terra por meio de programas de políticas públicas: análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário*. Viçosa, 2010.

DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES RURAIS (DPMR). *Dados mulheres na agricultura familiar brasileira*. Brasília: MDA, 2011. Mimeografado.

DOSS, Cheryl; GROWN, Caren; DEERE, Carmen Diana. *Gender and asset ownership: a guide to Collecting Individual Level Data*. [Texto produzido para o projeto “Collecting Data on Individual Assets” do Banco Mundial]. World Bank Policy Research Working Paper n. 4704, jun. 2011.

ESQUIVEL, Valeria. Sixteen years after Beijing: what are the new policy agendas for Time-Use Data collection? *IAFFE: Feminist Economics*, v. 7, n. 4, 2011.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Brasília: MDA, 2009.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. *Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FIGUEIREDO, Nelly; SAKAMOTO, Camila. A qualidade do emprego agrícola/não agrícola entre os residentes rurais no Brasil: uma evolução por gênero nas Unidades da Federação. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUC-CAMPINAS, 15., 26 e 27 out. 2010, Campinas, SP. *Anais...*, Campinas, SP, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Women in agriculture: closing the gender gap for development*. Roma: FAO, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Un sistema integrado e censos y encuestas agropecuarios*. Programa Mundial del Censo Agropecuario 2010. Roma: FAO, 2007. v. 1.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; AZEVEDO MARQUES, Vicente P.M. *O Censo Agropecuario 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.

FRIENDS OF THE EARTH. ¿Facturando el medio ambiente? Los supermercados y su impacto ambiental. In: MONTAGUT, Xavier; VIVAS, Esther (Coord.). *Supermercados, no gracias: grandes cadenas de distribución: impactos y alternativas*. Barcelona: Icaria, nov. 2007.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia (FGV/IBRE). *Quem produz o que no campo: quanto e onde II*. Censo Agropecuario 2006. Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2010.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Sílvia (Coord.). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, 2000.

GREGOLIN, Adriana; PERACI, Adoniran. *Diversificação em áreas cultivadas com tabaco: uma ação de ATER necessária*. 2007. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/diversificaonaagriculturafamiliarfumicultura/contents/photoflow-view/content-view?object_id=885181>. Acesso em: 17 out. 2012.

HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, jan./jun. 2009.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Maria France; GARCIA JR., Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

HIRATA, Helena; ROGERAT, Chantal. Technologie, qualification et division sexuelle du travail. *Revue Française de Sociologie*, v. 29, 1988.

HOFFMAN, Elisabeth; MARIUS-GNANOU, Kamala. Le microcrédit pour les femmes pauvres: solution miracle ou cheval de troie de la mondialisation. In: BISILLIAT, Jeanne (Org.). *Regards des femmes sur la globalisation: approches critiques sur la mondialisation*. Paris: Karthala, 2003.

INCRA/CRUB/UNB. I Censo de Reforma Agrária no Brasil. [Trechos do Relatório Final]. *Estudos Avançados*[online], São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 11, n. 31, set./dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300002#back>. Acesso em: 26 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar. Primeiros resultados. Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: MDA; Ministério do Planejamento; IBGE, 2009a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: manual do recenseador*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: IPEA, mar. 2010a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *PNAD 2008: primeiras análises – o setor rural*. Brasília: IPEA, 29 mar. 2010b.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência versus investimento social. *Ciência e Saúde Coletiva*, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, v. 2, n. 6, p. 1463-1476, dez. 2007.

LEÓN, Magdalena. Reactivación económica para el buen vivir: un acercamiento. *ALAI: América Latina em Movimento*, Quito, fev. 2010.

LOMBARDI, Maria Rosa. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Brasília: MDA, 2009.

MACHADO, Gustavo; SCHEFFLER, Maria de Lourdes; COUTO, Vitor de Athayde. *Sistemas de atividades familiares sob o enfoque de gênero e gerações*. [2006?]. Mimeografado. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/188.pdf>. Acesso em: 1º out. 2012.

MALERBA, Juliana. Impactos dos monocultivos de soja sobre o trabalho e a vida das mulheres. In: PETRY, Sabrina (Org.). *Novo papel do Brasil no mundo X modelo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, [2007].

MARQUES, Vicente. *Mulheres na agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006*. Apresentação feita em Recife em 14 nov. 2010.

MATTEI, Lauro. *Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina*. [2009?]. Mimeografado. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sessoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/Novo%20retrato%20da%20agricultura%20familiar%20em%20Santa%20Catarina.pdf>. Acesso em: out. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf). Comitê Nacional de ATER. *Conferência Nacional de ATER*. Documento Base. Versão Estadual. Brasília: MDA/Condraf, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). *Cirandas do Pronaf para mulheres*. Brasília: MDA/NEAD, 2005. (Nead Debate, 6).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA, 2006.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). *Nova cartografia social da Amazônia: quebraadeiras de coco babaçu do Pará*. Belém: MIQCB, 2005.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 42, n. 2, abr./jun. 2004.

NERI, Marcelo (Coord.). *Desigualdade de renda na década: evolução dos indicadores sociais baseados em renda*. FGV/CPS, 2011. Mimeografado.

PANZUTTI, Nilce. *As mulheres na produção familiar do algodão em Leme*. Dissertação (Mestrado)–Unicamp, 1992.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, n. 28, 1987. Disponível em: <<http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

PORRO, Noemi. *Rupture and resistance: gender relations and life trajectories in the Babaçu Palm forests of Brazil*. Tese (Doutorado)–University of Florida, Gainesville, 2002.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER (UNIFEM). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília, set. 2008.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Formação com mulheres rurais: estratégias para a efetivação de políticas públicas de gênero no campo*. São Paulo: SOF, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). *Cartilha de acesso ao Pronaf*. Brasília: Sebrae, 2011.

SILIPRANDI, Emma. Dentro do baú havia um tesouro. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata. *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.

SILVA, Argileu Martins da. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: MDA, [2010?]. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/55177801/PNATER-avancos-e-desafios>>. Acesso em: 6 abr. 2012.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori; CONRADINI, Odacir. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Edição *online*. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2008.

TEIXEIRA, Gerson. *Censo Agropecuário 2006: Brasil e regiões*. Brasília, out. 2009. Mimeografado. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8335>>. Acesso em: out. 2011.

WEITZMAN, Rodica. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.